

REVISTA AMERÍNDIA

HISTÓRIA, CULTURA E OUTROS COMBATES

ISSN 1980-4806



VOLUME

10



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Pedro Ailton Queiroz Lima

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Antônio Gilberto Ramos Nogueira

COORDENAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ana Amélia de Moura Cavalcante Melo

REVISTA AMERÍNDIA VOLUME 10

COORDENAÇÃO DA REVISTA

Jailson Pereira da Silva

CONSELHO CONSULTIVO

Altamar Muniz (FECLESC-UECE)

Bruno Nojosa de Freitas (UFC)

Francisco Gildemberg de Lima (UFC)

Geordina da Silva Gadelha (UFC)

Lídia Noêmia Santos (UFC)

Rafaela Parga (UFC)

Sander Cruz Castelo (FECLESC-UECE)

Sebastião Rogério Ponte (UFC)

Susane R. Oliveira (UNB)

CONSELHO EDITORIAL

André Fialho

Átila Saraiva

Carolina Maria Abreu Maciel

Ellane Santiago

Eveline Pereira

Iury Gomes Jatai

Juliana Almeida

Ovídio Peverari Monteiro

Paulo Glayson Lima Lopes

Raylane Marques Sousa

Renata Lopes

Rodrigo Ferreira

Yana Azevedo

EDITORIAÇÃO

Iury Gomes Jatai

ÍNDICE

EDITORIAL - Jailson Pereira da Silva	04
O PAPEL DA GUERRA NAS SOCIEDADES MESO AMERICANAS: OS MEXICAS (ASTECAS) - Pablo Martins Bernardi Coelho	06
DESLOCAMENTOS E DESCOLAMENTOS: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PARA PENSAR OS AMERÍNDIOS - Agnes Alencar	18
ESQUERDA EM MOVIMENTO: ESTUDANTES EM LUTA NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR (1964/1968) - Rebeca do Nascimento Coelho	31
QUAL DEMOCRACIA? O PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: UMA REFLEXÃO SOBRE BRASIL E ARGENTINA - Gleidiane de Sousa Ferreira	42
O VODU NO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA HAITINA - Jamily Marciano Fonseca	55
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AÇÃO POLÍTICA: RESENHA - Jesus Marmanillo Pereira	61

EDITORIAL

Porque essa “América sem Nome”
ainda nos encanta e desafia.



Jailson Pereira da Silva

Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC) Mestre (2002) e Doutor em História (2009) pela UFPE, tem desenvolvido estudos sobre a relação entre história e linguagem, com foco na publicidade. Orienta trabalhos de Iniciação Científica e TCCs. Membro do GT História, Cultura e Subjetividade, do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, atua em duas linhas de pesquisa: História, cultura, juventude e arte e Teoria da História. É coordenador da Revista Ameríndia.

O tempo pode ser uma marcha incessante. A sua significação, contudo é feita, também, pelo entendimento das pausas. Mas, a pausa não é a estagnação. Nós da Ameríndia, por exemplo, paramos, porém nunca estivemos estagnados. E agora retomamos a caminhada, depois de termos reencontrado o fôlego, depois de termos respirado um mundo em novidades.

Muitas dessas novidades poderão ser encontradas nas páginas do décimo volume que agora se apresenta. A primeira delas está no próprio nome da Revista que agora, oficialmente, chama-se “*Revista Ameríndia: história, cultura e outros combates*”. A ideia é que, em tempos de diálogos interdisciplinares, possamos nos abrir para as interfaces que outros saberes apresentam e, desse modo, consigamos refletir mais ampla e criticamente acerca das problemáticas que nos afligem. Estamos cientes de que à História, sozinha, não pode caber o fardo de dizer o que nós somos. A tarefa de nos entendermos e de nos inventarmos pertence, também, à literatura, à sociologia, à antropologia e a tantos outros saberes que podem deitar seus olhos sobre a nossa historicidade. “*História, cultura e outros combates*” é, assim, um convite para vestirmos as armaduras das palavras e enfrentarmos as batalhas que podem apontar os caminhos das nossas emancipações como sujeitos históricos.

A segunda novidade é o visual do site da Revista e a inserção da mesma nas redes sociais. Desse modo, pretendemos abrir canais para a fruição de debates, temas e ideias acerca dos artigos e volumes da Revista. Sendo a *Ameríndia* uma revista eletrônica, apropriar-se mais vivamente dessas tecnologias comunicacionais pode impulsionar as interfaces entre sujeitos individuais e coletivos que se interessam pela América Nossa.

A terceira novidade refere-se à reestruturação do corpo gestor da Revista. Novos pareceristas, novos coordenadores e uma nova proposta editorial que, ao abrir possibilidades de novos temas, aumentam o seu campo de conhecimento para além das problemáticas

ligadas à América Latina. Assim, agora, o foco da Revista foi ampliado para todas as Américas.

Nesse décimo volume, tempos e espaços diversos formam um caleidoscópio de imagens da nossa América. Nos dois primeiros artigos, *O papel da guerra nas sociedades mesoamericanas: os mexicas (Astecas)*” e, *“Deslocamentos e descolamentos: breve revisão bibliográfica para pensar os Ameríndios”*, de autoria dos pesquisadores Agnes Alencar e Pablo Martins Bernardi Coelho, respectivamente, temos a possibilidade de dialogar com aspectos das nossas história e historiografia, referentes ao período colonial.

Em *“O Vodun no bicentenário da Independência Haitiana”*, da Jamilly Fonseca, percebe-se uma equilibrada alquimia entre aspectos da mentalidade e da história política do Haiti, a partir de sua relação com a religião Vodun. Aparecem ali, também, dimensões da estigmatização que recaem sobre as religiões que se fundam em matizes africanas.

Os dois artigos finais, *“Esquerda em movimento: Estudantes em luta na resistência à ditadura militar (1964-1968)”* (da Rebeca Coelho), e *“Qual democracia? O período de redemocratização na América Latina: Uma reflexão sobre o Brasil e a Argentina”* (da Gleidiane de Sousa Ferreira) direcionam seus esforços para compreender, a partir de uma análise comparativa, como se deu a existir a Ditadura na Argentina e no Brasil.

Por fim, temos a resenha do livro *“Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA): Pesquisas recentes”*, do pesquisador Igor Gastal Grill (org.). Na resenha, escrita por Jesus Pereira, discute-se como a obra do professor Grill apresenta novos conceitos para se pensar as maneiras de perpetuação no poder utilizadas pelas elites tradicionais.

Esperamos que essas novidades agradem a tod@s que se interessam pelas discussões e que, a partir do campo de batalha da História, se propõem a combater o bom combate.

Corpo Editorial

O PAPEL DA GUERRA NAS SOCIEDADES MESOAMERICANAS: OS MEXICAS (ASTECAS)

Autor: Pablo Martins Bernardi Coelho¹

Instituição de Origem: Universidade Estadual Paulista Júlio
de Mesquita Filho – UNESP/FRANCA

Orientadora: Ana Raquel Marques da Cunha Martins
Portugal

Agência financiadora de pesquisa: CAPES

RESUMO

O presente estudo concentra em analisar o papel da guerra nas sociedades mesoamericanas, colocando as questões militares em um contexto social e histórico para mostrar sua importância na criação e manutenção da Mesoamérica como uma área de cultura. Nesse sentido, discutiremos alguns aspectos da guerra e das sociedades guerreiras no território mesoamericano estabelecendo como exemplo principal a população Mexica.

Palavras-chave: Mesoamérica; Mexicas; guerra; cultura

AGUERRA NA MESOAMÉRICA

O papel da guerra foi essencial para a configuração da Mesoamérica² como uma área cultural. O padrão de difusão e integração cultural desta região está claramente relacionado com a história de suas expansões militares. Como um fenômeno social humano, a guerra envolveu múltiplas causas, por isso, não podemos considerar somente como se fosse um ato de força para impor ao adversário a sua vontade. Seus objetivos vão além, desde os de índole histórico-cultural e social, até os de caráter econômico e político.

De acordo com as fontes utilizadas, nesta pesquisa, sabemos que no início do século VII, quando entrou em decadência a cidade de Teotihuacán e os bandos de caçadores-guerreiros regularizaram seu domínio sobre populações de agricultores-artesãos, iniciaram-se mudanças significativas na estrutura sócio-política dos povos mesoamericanos. Este contexto marcou o início de uma época em que a guerra era de vital importância por se tornar padrão de domínio através da violência e ser considerada como fator básico de uma estrutura social e de uma organização estatal inovadora. Anteriormente, o Estado e a sociedade eram regidos por uma teocracia. Neste período (período clássico), relativamente tranquilo:

Las tribus nómades seguramente efectuaban ciertas correrías en las zonas limítrofes; pero éstas no serían de gran importancia y una incipiente militar era suficiente para mantenerlas a

raya. Esa milicia no debe haber tenido ninguna influencia en el sistema político teotihuacano, éste se basaba en una férrea teocracia que no podía permitir que un nuevo poder se elevase frente al suyo. (CANSECO, 1966, p.127).

Porém, não devemos descartar que desde aquele período a guerra, ainda que irregularmente exercida para a defesa, expansão territorial, pacificação ou obtenção de vítimas e escravos, exercia gradual importância³. Isabel Bueno afirma que a idéia do suposto pacifismo no período clássico da Mesoamérica, está completamente descartada, considerando que nunca houve grandes períodos pacíficos naquele território (BUENO, 2006, p. 253). Ela corrobora seu argumento ao expressar que todas as cidades mesoamericanas importantes estavam muito próximas uma da outra, tendo o mesmo acesso aos lugares onde se concentravam os recursos naturais, e que o desejo de controlar esses bens e assim obter hegemonia política e econômica estava latente em todas as épocas (BUENO, 2006, p. 254).

O fenômeno da guerra institucionalizada (desde a queda de Teotihuacán) estabeleceu novas pautas para a promoção e a diferenciação social, implicou na superposição de uma elite de guerreiros, na inclusão de comando, numa inteligência militar e na criação simultânea de normas de exclusividade – linhagens de guerreiros -, paralelas a fórmulas da participação popular no exército, sancionadas e premiadas por aqueles que mantinham o controle do poder e a exclusividade do manejo da força. A “*nahuatlización*” dos chichimecas e sua fusão numa nova ordem social formaram paralelas à emergência de um governo cuja atividade tendeu, desde então, à execução da tarefa de organizar a ação guerreira para proteger a comunidade de inimigos exteriores, procurar recursos por meio da agressão armada e manter a ordem interna de uma sociedade multi-ética.

Em uma sociedade imersa na ação bélica, o exército converteu-se em um dos setores mais privilegiados da sociedade. Não obstante, “*esta sociedad – el ejército – dentro de su contexto amplio, debe ser analizada como segmento dependiente de un todo o del conjunto, como un cuerpo que idealmente actúa coordinado por acuerdos relativos*” (LAMEIRAS, 1985, p. 156). Sobre esta abordagem, procede o conhecimento da participação social e militar diferenciada (sexual, étnica, por grupos de idade, técnica), a distinção dos corpos do exército (segundo o extrato social, experiências, etc.), a organização de sua ação no combate e as diferenciações que, socialmente, se realizavam depois da guerra. O problema social da guerra, contudo, vai mais além: quanto ao surgimento de uma sociedade militarista devemos indagar como foi integrada a guerra, quais eram os objetivos sociais do conflito armado e como se procedeu, em termos sociais, a organização dos mecanismos e os corpos de ataque e de defesa, sua constituição e relação com outros setores sociais.

Porém, é, talvez, em seu aspecto político, onde a guerra alcança seu maior significado, no momento em que o conflito armado regularizado, sistematizado dirigido e ideologizado pelos quadros do comando militar relaciona-se com o contexto que inclui, igualmente, o manejo da produção, a distribuição, o intercâmbio, a estratificação, a hierarquização social e vários outros aspectos sociais de importância.

As difíceis condições da produção alimentícia em muitas regiões da Mesoamérica (por

exemplo: escassez de materiais para a construção e mão-de-obra para ampliação de obras de irrigação) levaram as populações a depender dos setores sociais implicados na solução, destes problemas,

[...] por tanto esa producción habría de iniciarse con la guerra para obtener alimentos, materiales y mano de obra, con la planeación y dirección de las obras basadas en el sostenimiento de un grupo de funcionarios pagados por la guerra y con el mantenimiento político de todo ello, no independiente de los bienes que le llegaban por vía de la conquista material o la dominación por la acción violenta de una ideología (LAMEIRAS, 1985, p. 157).

Neste caso, a organização que o Estado consegue, tem relação com a frequência da guerra, com sua capacidade de controlar o grupo armado, com o planejamento e direção de suas funções e com o convencimento político e ideológico necessário para se obter a subordinação. Assim, a subordinação pode incluir a existência de mecanismos paralelos do governo, através dos quais se permite regular a participação de outros setores sociais. Por isso, provavelmente, os Mexicas conseguiram manter a exclusividade de sua elite militar e o controle do armamento e, ao mesmo tempo, ampliar e sistematizar a possibilidade de mobilidade social e premiação àqueles que adquiriam grandes feitos nas batalhas (esta medida mostrava-se indispensável para manter o espírito de guerra entre os combatentes).

Nota-se que, a guerra e o Estado na Mesoamérica (referimos ao tipo de Estado militarista que existia antes da chegada dos conquistadores) tiveram íntima relação. A conquista, a dominação da população, de seu território e a formação de uma estrutura complexa de funcionários, incluindo um exército regular, implicou, necessariamente, em uma maior ordem, em assistência recíproca e em integração social as quais contribuíram para configurar um novo Estado que, por sua vez, resultou na projeção e força de um exército profissional, porém controlado por aquele.

Em síntese,

[...] la guerra llevó al desarrollo de un Estado del que dieron cuenta los invasores iberos en el centro de Mesoamérica desde los inicios del siglo XVI. Este Estado difícilmente se puede explicar sin el uso de la violencia en su exterior. A través de ella se logró controlar un territorio, una integración económica, una estructura social y una formación sui generis en la que la milicia, la 'burocracia' agroadministrativa e hidráulica, los comerciantes, los sacerdotes, el sistema educativo y la ideología 'nacional' se estructuraron e relacionaron bajo el control del Estado. (LAMEIRAS, 1985, p. 162).

Talvez o melhor exemplo para ilustrar tudo o que foi esboçado até agora, no âmbito mesoamericano, seja a sociedade mexicana. Ela “*supo crecer sobre la base una tradición heredada y como última representante de ese mundo fascinante, que se apagó luchando valientemente por defender su*

hegemonía, desarrolló toda esta herencia alcanzando unas dimensiones sin precedentes en Mesoamérica” (BUENO, 2006, p. 257).

Herdeiros dos povos que os antecederam, no planalto de Anahuác (Mesoamérica), os Mexicas representam uma síntese da produção sócio-cultural desenvolvida ao longo de vários séculos, naquele território. Na efetivação deste quadro, as guerras tiveram papel fundamental, visto que através delas os Mexicas conseguiram desenvolver e consolidar seu poder sobre os demais povos da Mesoamérica.

Sabemos que Tenochtitlán (capital Mexica) foi fundada em uma ilha do lago Texcoco, e que com a crescente população tornava-se impossível contar com terras suficientes para o seu abastecimento. A necessidade de conquistar mais terras era eminente. Dada a proximidade das cidades e, sobretudo, o domínio de grande parte daquele território por Azcapotzalco, pareceu pouco provável que os Mexicas pudessem obtê-las pela via pacífica. Assim, a ausência de terras cultiváveis e o desejo de dominar rotas comerciais e seus monopólios foram motivos mais que justificados para que Tenochtitlán vivesse em um permanente estado de guerra.

Por volta de 1390, morreu Acamapichtli, primeiro governante (Huey tlatoani⁴) Mexica. Ele e seus sucessores imediatos, Huitzililuitl (1390-1415) e Chimalpopoca (1415-1426), ainda estavam sujeitos aos Tepanecas de Azcapotzalco, um senhorio formado pela fusão dos povos de descendência teotihuacana, tolteca e chichimeca e que, nessa época, exerceram hegemonia no planalto central.

Em 1426, após a morte de Chimalpopoca, irrompeu a guerra entre os Tepanecas e os Mexicas. Com a ajuda de vários outros povos, também sujeitos a Azcapotzalco, os Mexicas tomaram-se vitoriosos, significando a total independência do seu território e o ponto de partida de suas conquistas futuras. Como consequência, foi empreitada uma ampla reestruturação política, social e ideológica em sua sociedade.

Nesse sentido, Itzcoatl (1426-1440) auxiliado pelo seu conselheiro Tlacaelel⁵ empregou uma série de reformas ideológicas, nas quais as guerras assumiram um caráter fundamental dentro da sociedade mexica. Por volta de 1430, Itzcoatl ordenou a queima dos livros antigos, tanto os anais quanto os de conteúdo religioso. Em seu lugar foi desenvolvida e imposta uma nova tradição que transmitia uma imagem do passado, adequado às exigências e ideais do grupo cuja dominação estava em processo de rápida expansão.

Tlacaelel forjou o que hoje chamamos de “consciência histórica”, sendo formulada uma nova visão histórica e religiosa do passado Mexica. Para isso, foram produzidos novos registros concebidos para mostrarem o fundamento e a raiz da nova grandeza dos Mexicas, destacando a sua importância e alçando-os à condição de poderosos, tal como tinham sido os toltecas. Concomitantemente, o antigo deus patrono dos Mexicas, Huitzilopochtli, foi projetado ao mesmo plano das divindades criadoras dos tempos toltecas (LEÓN-PORTILLA, 1992).

Na época de Itzcoatl, o Estado Mexica preocupou-se em construir uma ideologia que controlasse os diferentes relatos sobre o passado dos povos do Vale do México, passando a proliferar e a ganhar força à versão Mexica sobre esse passado. O culto a Huitzilopochtli passou a ser o culto oficial do Estado Mexica e conseqüentemente, dos povos subordinados a estes. Esse fato permitiu que no

período de esplendor fosse formulado um relato que apresentava os Mexicas como um povo predestinado pelos deuses para a conquista, o que legitimava a posição dos mesmos dentro da Tríplice Aliança⁶.

Deste modo, legitimando o destino bélico dos Mexicas com a exaltação do mito de nascimento de Huitzilopochtli, Tlacaelel promoveu uma campanha militar baseada em preceitos de narrativa mítica, modificando certos aspectos da tradição ancestral, de forma a justificar reformas nos campos político e ideológico (ARCURI, 2003). Este passou a legitimar as guerras introduzindo

[...] necesidad de mantener la vida del sol – Huitzilopochtli – con el agua preciosa de los sacrificios. Supo inculcar a los varios reyes mexicas, de quienes fue consejero, la idea de que su misión era extender los dominios de Huitzilopochtli para obtener víctimas, con cuya sangre pudiera preservarse la vida del sol. (LAMEIRAS, 1993, v. 1, p. 395).

Por isso, os Mexicas entendiam que os seres humanos do Quinto Sol⁷ deveriam dedicar toda sua energia e vida a seus criadores. “Uma vez que foi um sacrifício primevo dos deuses que criou e colocou o sol em movimento, somente mediante o sacrifício físico dos homens é que a era atual poderia ser preservada”. Desta forma, a “guerra para prear vítimas para os ritos sacrificiais eram suas atividades centrais, o próprio núcleo de sua vida pessoal, social, militar e política” (ELLIOT in BETHELL, Leslie 1988, v. 1, p. 57).

Assim, a política ideológica Mexica introduzida no reinado de Itzcoatl passou a promover a idéia de que os Mexicas tinham a missão de defender o Quinto Sol da morte, de forma a evitar o fim daquela era. Para isso era preciso oferecer corações sacrificados ao Sol, o que implicava na necessidade constante de manter cativos de guerra para que pudessem ser sacrificados, o que legitimava em última instância, a política expansionista Mexica. O povo Mexica constituía-se no povo, eleito pelo Sol, dotado de uma missão cósmica: evitar o cataclisma que daria fim a idade do Sol (LEÓN-PORTILLA, 1992). Nesse sentido,

[...] los dioses fuesen servidos con sacrificios de hombres con la frecuencia necesaria[...] Y que la que más a esta movía era la honra y ensalzamiento de su dios Huitzilopochtli, al cual pues tenían ya templo, era justo hubiese víctimas que ofrecerle (DURAN, 1967, v. 2, p. 235).

Os sacrifícios eram promovidos em homenagem a Huitzilopochtli em agradecimento à proteção e às vitórias destes sobre os outros povos:

[...] ensalzasen y aventajasen la altura de la casa y templo de Huitzilopochtli, y que allí ni mas ni menos se comenzase el sacrificio de Huitzilopochtli, con matar allí a los huastecos presos, y que estos tales despues de haber hecho el gran Cú muy alto, le hicieron gradas, y en médio se puso el tajon, adonde habian de ser muertos los tales esclavos habidos en guerra, y para

recordacion de el rey Chimalpopoca que lo habia comenzado a hacer que seria cosa justa. Respondio Cihuacoatl Tlacaeleltzin que estaba muy bien acordado, y que el tajon no fuese de madera, si no de piedra redonda, en médio agujerada para echar los corazones de los cuerpos que alli muriesen, después de haber gastado la sangre de ellos caliente Huitzilopochtli; y que esta piedra no la labrasen los huastecas, sino los de Atzacaputzalco y Cuyuacan excelentes albañiles, labrando en dicha piedra la guerra de sus pueblos cuando por vosotros fueron vencidos y muertos y sugetados a este nuestro imperio mexicano (TEZOZOMOC, 1975, p. 318-319).

Por isso, o guerreiro Mexica teria como desafio tomar vivo o adversário, pois sua vida pertencia a seus deuses e era impróprio que o guerreiro a desperdiçasse no campo de batalha. Logo,

[...] quando se chegava corpo-a-corpo, a batalha tomava um aspecto complementemente diferente do que qualquer outra do nosso mundo antigo. É que não se tratava tanto de matar inimigos, como de capturá-los para sacrificar. Os combatentes eram seguidos por “especialistas” para amarrarem com cordas aqueles que eram derrubados, antes que pudessem voltar a si (ELLIOT in BETHELL, Leslie 1988, v. 1, p. 158).

Assim, Huitzilopochtli representava tudo o que os Mexicas deveriam ser, se sua vinda e ofício era fazer a guerra e este era o meio para obter riqueza, os Mexicas seriam o instrumento dessa vinda e gozariam dessas riquezas e poder:

Ea, mexicanos, que aquí ha de ser vuestra cargo y oficio, aquí habéis de aguardar y esperar; y de cuatro partes cuadrantes del mundo habéis de conquistar, ganar y avasallar para vosotros, tened cuerpo, pecho, cabeza, brazos y fortaleza, pues os ha de costar así mismo sudor, trabajo y pura sangre, para que vosotros alcancéis y gocéis das finas esmeraldas, piedras de gran valor; oro, plata, fina plumería, preciadas colores de pluma, fino cação de lejos venido, lanas de diversos tintes, y otras muchas cosas de mucho placer y contento, pues habéis plantado y edificado vuestra propia cabeza, cuerpo, gobierno, pueblo de mucha fortaleza en este lugar de Coatepec (TEZOZOMOC, 1975, p. 318-319)

Portanto, partindo desta visão cosmogônica, os Mexicas acharam-se obrigados, dando continuidade às imolações a que se tinham submetido os deuses, a sacrificar seres humanos, cujo sangue, contendo uma substância mágica denominada *chalchivatl*, determinava a manutenção existencial do sol e, por conseguinte, do universo. Caso estas práticas imoladoras cessassem, acreditavam os Mexicas que o mundo se extinguiria.

Assim, a necessidade de se sacrificar seres humanos para satisfazer a sede de sangue dos deuses só seria possível com a ocorrência de guerras regulares, cujo intuito devia ser a de capturar guerreiros adversários ou subjugar o povo oponente para obrigá-los a ceder pessoas para imolá-las em função de seus deuses. Este costume correlacionava-se com a expansão da nação Mexica que impunha aos povos dominados sua autoridade. José Lameiras expressa que,

La ritualización de las guerras tenía como objetivo la preservación de la riqueza y la imagen política de la elite que las manejaba, como se puede comprender por la guerra pactada ritualmente entre los acolhuas y mexicas en tiempos de Huehue Moctezuma. Las guerras floridas aseguraban de modo muy efectivo el orden jerárquico. Fundadas en el mito, protegían contra cualquier cambio social, tanto al mecanismo selectivo, como la jerarquía que ésta confirmada; demostraban a la sociedad que no podría prescindir de los guerreros, y en tanto se creía en el mito, la posición de los guerreros permanecía inexpugnable (LAMEIRAS, 1993, v. 1, p. 397).

Assim, manter a vida do sol, também compreendia que, através de suas guerras para a conquista de vítimas sacrificiais, ampliavam igualmente seu domínio e satisfaziam suas crescentes necessidades econômicas.

Percebe-se que, para os Mexicas, as guerras tiveram papel fundamental, visto que através delas conseguiram desenvolver e consolidar seu poder sobre os demais povos da Mesoamérica. Guerreavam perante a necessidade de expansão e busca de recursos (terras, água, bosques, etc.), perante o crescimento demográfico, perante as necessidades de se praticar a guerra de caráter religioso-político, enfim, tornou-se o mecanismo tradicional para solucionar qualquer tipo de problema ou conflito existente naquelas nações. Como sublinha Frei Toribio de Benavente Motolinía:

*Todos estavam sempre envolvidos em guerras, uns contra os outros, até a chegada dos espanhóis. Era costume geral em todos os povos e províncias deixar nas fronteiras uma grande porção de campo ermo para as guerras. E se por acaso alguma vez fosse semeado, o que era muito raro, os que o semeavam nunca gozavam da colheita, porque os inimigos o arrasavam e destruíam (MOTOLINIA *apud* IRABIRU, 2005; tradução Permanência).*

Desse modo, a guerra além de ser uma razão de Estado, foi o meio pelo qual a civilização Mexica conseguia articular seu propósito social, sendo que para seu povo, o destino do guerreiro representava a oportunidade de transcender sua existência e dar sentido a sua própria vida. O sacrifício dos deuses pelos seres humanos e o sacrifício dos seres humanos para manter o sol em movimento, estruturava-se como uma interminável cadeia de acontecimentos a qual unia o humano com o divino, o

céu com a terra.

Nesse sentido,

*[...] una nueva imagen lograda tras el triunfo les dio un acrecentado poder al exterior; entanto, en el interior les permitió la recreación de una vigorosa ideología sobre la legitimidad del gobierno militar y sus recursos para el uso de la violencia. **El Estado militar se perfeccionaba en Mesoamérica en una forma no antes vista y esa perfección llevaría incluso al control sobre la tradición histórica: tras de la victoria sobre Azcapotzalco, que lo fue también la de los mexica-tenochca sobre otros grupos de su propio origen, las viejas historias fueron desechadas en favor de la versión de la facción triunfante.** Las tradiciones que recogían cualquier relación de la dominación de Azcapotzalco, debieron por ello de ser destruidas y eso justamente hicieron los militares tenochca triunfantes (BOEHM, 1981, p.781-782, grifo meu).*

Se a atuação de Itzcoatl constituiu a base material para a formação de um Estado, a de Moctezuma Ilhuicamina havia de reconhecer a ereção formal de um complicado comando que incluiu territórios, anteriormente, não incorporados pela força ou política, e a integração efetiva deles por via da administração e da “burocracia” (LAMEIRAS, 1985). Para enfrentar a nova situação, sua organização política foi ampliada a fim de tornar-se mais eficiente. Uma das medidas adotadas foi a elevação do poder do *Huey tlatoani* (poder supremo e absoluto). Detinha esse papel supremo, não por sucessão hereditária, mas por eleição. A eleição do *Huey tlatoani* era dever e privilégio de um número limitado de *pipiltin*⁸. As qualidades pessoais eram, cuidadosamente, examinadas pelos eleitores. Na verdade, não votavam, pois seu propósito era chegar a uma decisão unânime.

O cargo de governante supremo era complementado por um assistente e conselheiro, o *cihuacoatl*. Os deveres mais importantes desse conselheiro, anota Alfredo Lopes Austin:

[...] era la suplencia del tlatoani em casos de ausência o muerte, durante el tiempo que transcurría hasta una nueva elevación. Representaba al monarca en el campo de batalla cuando éste no iba al frente del ejército en las grandes campañas. Jugaba un importante papel en materia hacendaria, judicial y cultural (LOPEZ-AUSTIN, 1985, p. 120).

Todas as cidades, quer as dos Mexicas e de seus aliados (Texcoco e Tlacopan), quer aquelas que foram conquistadas por eles, eram governadas por indivíduos nomeados pelo governante supremo. Esses governadores eram os *tlatoque* (plural de *tlatoani*). Em algumas circunstâncias, o governante supremo enviava um dos *pipiltin* da metrópole Mexica para governar um domínio subjogado. Em outros casos, era permitido que os membros do antigo grupo governante das cidades conquistadas permanecessem no cargo após um novo juramento de obediência (ELLIOT in BETHELL, Leslie 1988, v. 1,

p. 45).

Em termos da organização de grandes contingentes, o exército e a guerra ocuparam um lugar destacado no governo de Moctezuma: os corpos militares cresceram, a instrução e a educação na arte da guerra formalizaram-se no *Telpochcalli* e no *Calmec*⁹. Com a expansão das fronteiras, a criação e a manutenção de uma larga cadeia de guarnições militares resolveu os problemas de segurança e da sustentação das rotas de comércio e transporte de tributos. A frequência das guerras devastadoras e a crescente distância dos territórios conquistados levaram a uma sobressalente organização de grupos de colonização, de governos militares e de uma estrutura de arrecadação e administração dos tributos.

Assim, essas mudanças proporcionaram uma contínua expansão política e econômica dos Mexicas, nas quais, aliadas com o amplo desenvolvimento do comércio foram responsáveis pela crescente prosperidade do “império”¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com nossa análise, percebemos que a guerra na Mesoamérica teve um caráter fundamental, demonstrando ser essencial na criação e manutenção daquele território como uma área de cultura. A guerra fazia parte de toda a estrutura social, econômica, política e cultural dos povos mesoamericanos. Por isso, as questões militares estavam muito presentes entre os povos daquele território.

Efetivamente, como temos comprovado, os indígenas eram muito hábeis no manejo de todo tipo de armas, no planejamento das campanhas, tanto no que se refere à logística como à estratégia, e isto pareceu requerer uma preparação especializada que se transmitia nas escolas controladas pelo governo, juntamente com uma doutrina que motivava a sociedade a ser parte da maquinaria bélica como a opção mais atrativa.

Deste modo, estamos falando de sociedades em que as questões militares estavam muito presentes e que cada vez cobrava mais importância. Os governos mesoamericanos, conscientes disso, empreenderam reformas que afetaram a educação, pilar fundamental para obter soldados, que não questionavam em dar suas vidas nos campos de batalha, pois eram doutrinados desde crianças, nas escolas que o Estado impunha como obrigatória. Remodelaram o exército de tal forma que ampliaram suas bases, construindo na sociedade uma ideologia em que a fama e o prestígio social tornaram-se imprescindíveis para ser respeitado e para ascender a cargos políticos dentro do complexo da administração.

A religião tinha um caráter oficial muito dependente do poder político, pois aceitava um panteão de novos deuses guerreiros. O “evangelho” que era pregado a seus fiéis fazia-os acreditar que eles eram um povo escolhido, a cumprir com a missão que os condenava a uma guerra permanente, a qual acabaria com a ira desses deuses, que se sacrificavam por eles, para criá-los e oferecer-lhes um mundo que proporcionava tudo de que necessitavam. Assim, o guerreiro mesoamericano teria como desafio

tomar vivo o adversário, pois sua vida pertencia a seus deuses e era impróprio que o guerreiro a desperdiçasse no campo de batalha. Deste modo,

[...] quando se chegava corpo-a-corpo, a batalha tomava um aspecto completamente diferente do que qualquer outra do nosso mundo antigo. É que não se tratava tanto de matar inimigos, como de capturá-los para sacrificar. Os combatentes eram seguidos por “especialistas” para amarrarem com cordas aqueles que eram derrubados, antes que pudessem voltar a si. (ELLIOT in BETHELL, Leslie 1988, v. 1, p. 268-269).

Contudo, a guerra também influenciou a economia mesoamericana, pois o comércio proporcionava riqueza ao regime político imperante frente aos outros governos. As campanhas eram dirigidas para a obtenção de alimentos, terras e principalmente para aquisição de tributos. Não havia dúvida de quanto era importante para a sobrevivência a manutenção do fluxo de tributos. Para isso, quanto mais guerras, mais povos subjugados e em consequência, mais tributos para sua sustentação. O comentário de José Luis de Rojas ilustra a assertiva acima:

El territorio Oaxaqueño tenía una clara posición estratégica, ya que por él circulaba una de las principales rutas comerciales existentes: la que se dirigía al Soconusco. Existen dudas acerca del territorio exacto que se llegó a conquistar con el objetivo de asegurar dicha ruta, debido a que los pueblos por los que pasaba no tributaban al Imperio, aunque parece lógico aceptar que en realidad tributaban de una manera distinta: protegiendo militarmente dicha ruta. (DE ROJAS, 1989, p. 93).

Nesse sentido, “*La práctica directa en el combate o la enseñanza formalizada de las artes marciales – previa la acción profesional – fueron el destino de prácticamente todo hombre en la sociedad mexicana*” (LAMEIRAS, 1985, p. 97). O significado da guerra e o ideal da participação masculina nela se expressam claramente na seguinte citação:

[...] Mexicanos y hijos míos: este es vuestro oficio; no os crió el señor de lo criado del cielo y de la tierra y de la noche y el día para que os pongáis faldellines, como mujeres, ni camisas, sino para que con lan rodela y la espada y flecha y vara mostreís el valor de vuestro corazón. (DURAN, 1967, v. 1, p. 182).

Apesar dos resultados destrutivos que a guerra causou no México pré-hispânico, não podemos negar que foi um formidável ativador da economia, dá integração de regiões produtivas diferenciadas, de mercados, da urbanização, da expansão e câmbio cultural. Neste último devemos mencionar não só a

propagação de práticas, usos e costumes civis, como a adoção de padrões militares para defender-se dos grupos hostis.

Observa-se que os efeitos de uma atividade militar normalizada na Mesoamérica, ao menos desde o século X; a sucessão de guerras e campanhas militares combinadas ou alternadas com os trabalhos na produção, o intercâmbio, a administração governamental e a reprodução social, imprimiram às sociedades indígenas um profundo caráter bélico. As múltiplas instâncias do cotidiano, a distribuição das ações diárias entre os indivíduos e grupos, reservaram um momento especial necessário para o empreendimento guerreiro: desde elaborar armas e vigiar, até recordar os parentes mortos em combate e orar aos deuses para pedir proteção e êxito, na contenda.

BIBLIOGRAFIA

ARCURI, Márcia. **Os sacerdotes e o culto oficial na organização do Estado mexica**. 2003. 264 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BARLOW, Robert H. **Los mexicas y la triple Alianza**. México, DF: INAH, Puebla: UDLA, 1990. v. 3.

_____. **La extensión del imperio Culhua-tenochca**. México, DF: INAH, Puebla: UDLA, 1992. v. 2.

_____. La Fundación de la Triple Alianza (1527-1433). **Anales del Instituto Nacional de Antropología e Historia**, México, DF, v. 3, p. 147-155, 1949.

BUENO, Isabel. La guerra mesoamerica en época mexica. **Estudios de Cultura Náhuatl**, México, DF, v. 35. p.253-274, 2006.

BOEHM SCHOENDUBE, Brigitte. **La formación del Estado en el México prehispánico**. Tese (doutorado em Antropologia) - C.I.E.S.A.S, México, DF, 1981

CANSECO VINCOURT, Jorge. **La guerra sagrada**. México, DF: INAH, 1966.

DE ROJAS, José Luis. El Xoconochco: ¿una provincia aislada del imperio? **Revista Española de Antropología Americana**, Madrid, n. 19, p. 91-107, 1989.

DURÁN, Fray Diego. **Historia de las indias de Nueva España**. México, DF: Ed. Nacional, 1967. v. 1-2

ELLIOT, J. A Mesoamérica antes de 1519. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Histórica da América Latina: América Latina colonial** São Paulo: Edusp, 1988. v. 1

IRABIRU, José. **Hecho de los Apostolos en la America**. 3. ed. Pamplona: Fundación Gratis Date, 2003. Tradução Permanência. Disponível em: <<http://www.gratisdate.org/nuevas/hechos/default.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

LAMEIRAS, Brigitte Boehm de. **Estratégia geopolítica de las formaciones estatales del México prehispánico**. Madrid, Simposio sobre Mesoamérica y Peru, 1978.

LAMEIRAS, José. **Los déspotas armados**. México, DF: Colégio Michoacán, 1985.

_____. La guerra en el México antiguo. **Arqueología Mexicana**, México, DF, v. 1, n. 4, 1993.

_____. El militarismo en Mesoamérica en el siglo XVI. In: LOMBARDO, Sonia; NALDA, Enrique

(Coord.). **Temas Mesoamericanos.** México, DF: INAH, 1996. (Obra Diversa).

LEÓN PORTILLA, Miguel. Izcóatl, creador de una cosmovisión guerrera. **Revista de la Universidad de México**, México, DF, v. 11, p. 4-14, 1956.

_____. **Visión de los vencidos:** crónicas indígenas. Madrid: Historia 16, 1985.

_____. **Los antiguos mexicanos a través de sus crónicas y cantares.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1968.

_____. **Literaturas indígenas de México.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1992. Madrid: MAPFRE, 1992.

_____. **Toltecayótl, aspectos da cultura Náhuatl.** Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica, 1980.

LÓPEZ AUSTIN, Alfredo; LÓPEZ LUJÁN, Leonardo. **El pasado indígena.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. Organización política em el altiplano Central de México durante el Postclásico. **Historia Mexicana**, México, DF, v. 23, n. 4, 1985.

_____. **La educación de los antiguos Nahuas.** México, DF: Consejo Nacional de Fomento Educativo: Ediciones El Caballito, 1985. v. 1-2. Mexico:

Secretaría de Educación Pública, 1985.

TEZOZOMOC, Alvarado Fernando. **Crónica Mexicana. y Códice Ramirez.** 2. ed. México, DF: Porrúa, 1975

NOTAS

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Franca

² Alguns estudiosos alemães, particularmente Eduard Seler (1849-1922), introduziram há alguns anos a expressão Mittel America para designar a região onde floresceu uma alta cultura indígena no México Central e meridional e no território contíguo dos países do norte da América Central. Muitos anos depois, em 1943, Paul Kirchhoff, em seu “Mesoamérica: Sus Limites Geográfico, Composición Étnica y Caracteres Culturales”, **Acta Anthropologica**, 1: 92-107 (Escuela Nacional de Antropología, México, 1943), focalizou sua atenção nos limites geográficos do que ele chamou Mesoamérica. Para ele, Mesoamérica é mais que um termo geográfico: designa também a região em que altas culturas e civilização nativas desenvolveram-se e disseminaram sob várias formas e em épocas diferentes. De acordo com sua análise, no momento da invasão européia, em 1519, suas fronteiras ao norte eram o rio Sinaloa a noroeste e o Panuco a nordeste, enquanto que no centro-norte ela não se estendeu além da bacia do rio Lerma. Seus limites ao sul eram o rio Motagua, que desemboca no golfo de Honduras no mar dos Caraíbas, as praias meridionais do lago Nicarágua e a península de Nicoya na Costa Rica.

³ Vich Angel Palerm solicitou a necessidade de revisar as premissas e conclusões daqueles que haviam considerado ausente a prática guerreira no período arcaico e clássico da mesoamérica. Afirma que, “El emplazamiento estratégico de Monte Albán y Montenegro, centros clásicos de primer orden, contradice el que las ciudades pretoltecas generalmente se asentaban en lugares abiertos”. Igualmente mencionou as interpretações de Caso (1927), Rands (1952) e Marquina (1951) sobre representações bélicas entre os zapotecas, mayas e teotihuacanos. Para isso se apoiou em fontes escritas como a de Cortés, Torquemada e Durán com a intenção de “sugerir una nueva línea de ataque al problema de la guerra y de sus evidencias factuales [arqueológicas] (PALERM, 1956, p. 123-124)

DESLOCAMENTOS E DESCOLAMENTOS: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PARA PENSAR OS MERÍNDIOS.

Autor: Agnes Alencar

Instituição de Origem: PUC-Rio

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma leitura crítica de cinco obras, entre historiadores e outros profissionais da área de ciências sociais, na perspectiva de articulá-los e através destas leituras, fundamentar o projeto de monografia que tem como tema 'os discursos de liberdade referentes aos ameríndios na América Portuguesa do século XVII'. Os autores são Ronaldo Vainfas, Eunícia Fernandes, Luiz Felipe Baêta Neves, Thiago Florêncio e José Eisenberg.

Palavras chaves: Ameríndios, discursos de liberdade, América portuguesa

ABSTRACT

This article is a critical reading of five works of historians and academics from different humanities areas. The work has as target the intent of articulate the authors and substantiate my thesis that has as a theme the freedom speeches regarding the Amerindians in the seventh century. The chosen authors are Ronaldo Vainfas, Eunícia Fernandes, Luiz Felipe Baêta Neves, Thiago Florêncio e José Eisenberg.

Key- words: Amerindians, freedom speecchs, Portuguese America

INTRODUÇÃO

“A melhor maneira de mentir é ficar calado(...) O silêncio não é a ausência da fala, é o dizer-se tudo sem nenhuma palavra”

(Mia Couto, O outro pé da sereia)

O movimento de leitura é em geral um processo solitário, apesar das possibilidades de diálogo que se apresentam logo em seu início entre o leitor e os autores lidos. Muitos diálogos se articulam ao mesmo tempo: carrego referências que me fazem indagar os autores das obras que leio, minhas perguntas ganham respostas e acabo mesmo por travar um diálogo comigo mesma, com minhas trajetórias e escolhas. Toda esta confabulação não nos isenta de certa solidão e é justamente nela que reside a maior dificuldade de tornar inteligível e relevante para o meu leitor todo o processo. A despeito

para conversar comigo e também conversar conosco.

Antes de elencar as obras com as quais dialogarei neste artigo acredito ser relevante explicitar o eixo temático norteador de minha seleção. Tenho direcionado meus esforços para analisar os discursos de liberdade referentes aos ameríndios no século XVII na América Portuguesa. Os trabalhos alocados aqui não estudam diretamente este tema, até porque a produção bibliográfica referente ao meu recorte é ainda diminuta, porém, apresentam-se para mim como possibilidades de leituras que enriquecem a minha própria. O que me proponho é descobrir caminhos através dos caminhos alheios: de um cientista político, de um antropólogo e de três historiadores. A seleção expõe minha compreensão sobre a riqueza do diálogo entre diferentes áreas do saber, acreditando nela como guia para minha pesquisa.

Como disse anteriormente, apesar da enorme diversidade de assuntos e documentos trabalhados dentro do recorte temporal da América Portuguesa, a quantidade de autores e obras que trabalham com a questão do discurso de liberdade sobre os ameríndios, ou até mesmo com o conceito de liberdade em outra chave que não a da escravidão africana, ainda é pequeno se comparado a potencialidade do tema.

LEITURAS POSSÍVEIS:

Os documentos e suas diversas possibilidades de deslocamento.

"O antropólogo é o astrônomo das ciências sociais: ele está encarregado de descobrir um sentido para configurações muito diferentes, por sua ordem de grandeza e seu afastamento, das que estão imediatamente próximas do observador."

(Claude Levi-Strauss)

Há quem diga que o céu está cheio de passados. Luzes antigas de estrelas inexistentes que só agora nos são visíveis. Estudar os corpos celestes é deslocar-se: tirar os pés do chão para buscar uma aproximação com seu objeto, uma galáxia, um cometa, uma estrela. A metáfora de Lévi-Strauss – como uma epígrafe aqui – me é especialmente cara, pois acredito que, frente à alteridade, cabe ao historiador a mesma ação do astrônomo que o autor aproxima do ofício do antropólogo: deslocar-se. O documento, no entanto, não deve ser limitado a um tipo específico ou pré-determinado de distanciamento, como se fosse possível definir uma única forma para a leitura. A diferença presente no documento é vista por certos olhos, ou seja, não está naturalmente ali: tanto a diferença como a sugestão de deslocamento surgem da questão que carregamos conosco. Graças à questão, cada leitura é diferente e inovadora, mesmo que sejam lidos os mesmos documentos.

Carlo Ginzburg, no prefácio de seu livro “Olhos de Madeira”², escreve sobre um mundo que mesmo sendo nossa casa, faz de nós estrangeiros em relação a outros espaços ou outros homens. O

estranhamento inicial pode ser tomado como um convite ao movimento de distanciamento, cabendo ao historiador escolher a melhor forma de articular as histórias, as memórias, o diferente, o outro. Mesmo sendo uma escolha e, portanto, já uma seleção que restringe, a escolha do documento pelo historiador abre múltiplas possibilidades de deslocamento. É no desenvolvimento de suas questões que cada autor se coloca como astrônomo, deslocando-se. Eis o que pretendo começar a discutir nestes parágrafos que se seguem, observando como a questão de cada um norteará suas chaves conceituais, chegando a diferentes conclusões mesmo quando do trabalho de uma mesma fonte.

Thiago Florêncio em sua dissertação de mestrado³ analisa as cartas de Manoel da Nóbrega e os relatos de Jean de Léry buscando comparar suas visões acerca do indígena. Ele explora os conflitos religiosos existentes na Europa e investiga a relação entre eles e as representações feitas sobre o nativo do solo português na América. Um de seus principais objetivos foi explorar as representações dos Tupinambá dentro do contexto de expectativas de salvação que o jesuíta Nóbrega e o calvinista Léry carregavam.

Florêncio identifica que as diferentes formas de ver a salvação influenciaram a percepção sobre a alteridade ameríndia, apresentando-se também diferenciadas. No discurso de seus personagens, a salvação católica consistia em alargar as fronteiras do reino de Deus, enquanto para o calvinismo, a salvação era literalmente estar a salvo dos ataques da chamada 'guerra justa'. Thiago Florêncio exhibe que as visões e as relações que Léry estabelece estão intimamente ligadas ao seu contexto histórico específico de enfrentamento entre religiões cristãs, por exemplo, para defender a nudez ameríndia ele critica a vestimenta católica. Léry constrói suas representações e interpretações através de sua cultura calvinista. A análise documental de Florêncio revela, portanto, mais do que a América, as questões religiosas na Europa. Thiago Florêncio argumenta que existem diversos tipos de 'salvações' e cada homem escolhe quem é seu salvador e como quer se salvar, mesmo que essa salvação anule por completo outros tantos homens e corpos.

O eixo interpretativo de Thiago Florêncio é o par alteridade/identidade, conceitos distintos, mas que creio que não possam ser pensados em separado. Seu trabalho com a documentação permite ver a relevância destes conceitos para pensar as relações entre os religiosos e os indígenas: as identidades de cada um influenciam diretamente a forma como eles aprendem a lidar com a alteridade.

José Eisenberg⁴, cientista político, é outro autor que escolheu trabalhar com missivas, e lê nas cartas jesuíticas os conceitos que influenciaram o pensamento político moderno. O objetivo de Eisenberg com a leitura epistolar é explicitado em diversos momentos de sua obra, destaco um deles:

“A produção de teoria política deve ser entendida, portanto, dentro do contexto das linguagens de justificação articuladas por agentes que viveram antes e durante o próprio tempo de vida do autor. (...) se queremos explicar mudanças conceituais, não podemos estudar única e exclusivamente as obras dos teóricos ilustres e suas sistemáticas teorias políticas. (...) Ao analisar as justificações políticas e teológicas contidas nas cartas da primeira geração de missionários jesuítas no Brasil (1549-1610), este livro busca estabelecer um novo conjunto de

investigações históricas proporcionadas pelo uso dessa inovação metodológica”⁵.

Enquanto José Eisenberg busca as bases para as mudanças conceituais no pensamento político moderno, o antropólogo Luiz Felipe Baêta Neves⁶ lê nas cartas – ainda que não apenas nelas, pois usa também outros tipos de escritos jesuíticos como sermões e poesias – um pensamento ideológico jesuítico e como ele pode influenciar as ações frente à alteridade.

As cartas jesuíticas abrem possibilidades diversas de análise assim como os outros documentos que aparecem nesta breve revisão bibliográfica. As escolhas de cada autor marcam seu posicionamento e isso se torna especialmente perceptível quando colocamos os trabalhos em contraste.

Eisenberg defende que não há como estudar um discurso jesuítico ignorando a ação jesuítica, uma vez que o discurso se aperfeiçoa na prática. Faz uso de uma metodologia contextualista fundamentada nas formulações de Skinner e Pocock.

“Se quisermos discorrer sobre a maneira como conceitos políticos se transformam, precisamos fundamentar a abordagem em uma interpretação sistemática do uso da linguagem em contextos pragmáticos”⁷

Luiz Felipe Baêta Neves faz uso justamente desta experiência para montar seu quadro de análise das ações da Companhia de Jesus e mapear a ideologia jesuítica das missões. Tanto Eisenberg quanto Baêta Neves fixam-se em um quadro maior, o primeiro pretende ler na experiência jesuítica e em seus discursos os conceitos que transformaram o pensamento político moderno, enquanto Baêta Neves faz uso da experiência histórica no novo mundo para pensar a estrutura da Companhia como um todo.

O contraste que a leitura comparada pode proporcionar é uma configuração propícia para a exemplificação da diferença, e é também ambiente favorável para aprendizagem. Com esse intuito nos debruçaremos sob uma grande distinção entre os trabalhos de Luiz Felipe Baêta Neves e Eunícia Fernandes⁸. Luiz Felipe Baeta Neves se direciona à ideologia jesuítica e como tal, foca com exclusividade o discurso jesuítico. Tal pressuposto o faz crer que a voz do ameríndio está completamente silenciada nos discursos jesuíticos, sendo impossível confrontar tais agentes sociais. De fato, não há confrontação se ele identifica uma ausência de fala ameríndia, de acordo com Baeta Neves:

“Mas a mais dolorosa lacuna da tese não se deve a fronteiras auto-impostas; deve-se à eliminação (não gratuita) de quase todos os registros dos discursos dos indígenas e de suas formas de resistência à chegada dos europeus. O confronto dos discursos e das práticas indígenas face aos do colonizador enriqueceriam todo o nosso esforço – mudaria muito de suas conclusões. Seria, além disso, uma tentativa de fazer falar os que por tanto, e tanto tempo foram feitos ouvintes.”⁹

Em oposição a tal perspectiva, onde Luiz Felipe Baeta Neves vê silêncio intransponível, a historiadora Eunícia Fernandes em sua dissertação de mestrado, lê a fala ameríndia nas entrelinhas dos textos jesuíticos. Vejamos um exemplo quando a autora interpreta a descrição de Fernão Cardim do índio Mitaguaya, pois onde haveria um silêncio documental gerado pela intencionalidade do autor, a historiadora lê outras possibilidades:

“Como Mitaguaya estava calçado? Cardim não faz nenhuma alusão, pois muito provavelmente ele devia estar descalço. (...) Estar vestido é signo de conquista, de transformação efetuada, porque dar espaço aos indicativos de sua anterior posição?

Talvez Cardim nem tenha refletido sobre omitir ou não as imagens que mantinham Mitaguaya como índio, mas a sua textualidade criou apenas o reflexo da cultura européia. Calando-se sobre os outros aspectos que formavam o todo daquele homem condicionava à apenas uma leitura, necessariamente redutora. Para mim, entretanto, esse calar não era somente redutor no sentido que se costuma usar, como restrição da alteridade a mais de si mesmo, pois mesmo que esse esforço tenha existido, acredito que seu resultado não foi vitorioso, pois a colonialidade não é a introdução da cultura européia nos trópicos, mas sim uma reelaboração conjunta entre culturas, criadora de novos referenciais. Para mim a redução também é textual, negando que a imagem desse conta do *bricolage* colonial”.¹⁰

O manuseio do documento exhibe uma preocupação com os não ditos, que são seleções de quem opera o discurso, assim os silêncios intencionais se tornam evidentes e podem gerar pistas que informam mais sobre a alteridade do que o autor do discurso pretenderia. É nessa combinação que a autora constrói o conceito de *colonialidade* exposto no fragmento: os ditos e não ditos somados permitem a compreensão das trocas culturais que se realizavam.

A análise do historiador Ronaldo Vainfas¹¹, em seu livro *A Heresia dos índios*, se aproxima em alguns pontos com a análise de Eunícia Fernandes na afirmação de uma fala ameríndia, tanto na forma como lida com os silêncios como no privilégio da fonte inquisitorial que, diferentemente das cartas, permite um outro olhar sobre os ditos. Investigando a Santidade - seita indígena - como resistência ao colonialismo, identifica nela marcas das trocas com o catolicismo, mas também lê no catolicismo o processo de absorção de elementos nativos. Estas são formas de ler na documentação os *hibridismos* e *circularidades* dois conceitos que ele usa para pensar os encontros entre índios e não-índios, e são também dois conceitos – entre outros - nos quais Eunícia Fernandes se apóia para construir o seu próprio, *colonialidade*.

“(...) falar em idolatria é usar a linguagem do colonizador, especialmente quando se utiliza o termo apenas o seu sentido estrito, associando idolatria a culto de ídolos. (...) Dupla dimensão histórica da idolatria na situação colonial: exprimia de um lado, a rejeição do europeu pela religiosidade e a cultura indígena, justificando as ações persecutórias da igreja e do Estado;

expressava, de outro, o obstinado apego dos povos ameríndios às suas tradições e crenças, quando não projetavam uma revanche contra o invasor estrangeiro.”¹²

Gosto especialmente das análises documentais de Vainfas e Fernandes por pensarem as misturas possíveis quando o contato acontece. Acredito que no encontro de diferentes culturas, a mistura é inevitável, pois vejo as fronteiras como porosas. O contato traz a mistura. Para a ausência de transformação seria necessário o completo afastamento. Considero que esta é uma forma especialmente rica de lidar com os silêncios que tantas vezes parecem impostos pela documentação.

Ronaldo Vainfas destaca que até mesmo para os jesuítas as fronteiras entre Deus e o diabo eram fluídas. Mas há uma ideia muito presente no livro como um todo: a visão de que o hibridismo e a circularidade são também fruto de conflitos. O conceito de hibridismo é problematizado por diversos autores como Stuart Hall, Nestor Canclini e Serge Gruzinski¹³ a quem escolhi dar voz antes de prosseguir com minha análise dos textos de Ronaldo Vainfas e Eunícia Fernandes.

“Os enfoques dualistas e maniqueístas seduzem pela simplicidade e, quando se revestem da retórica da alteridade, confortam as consciências e satisfazem nossa sede de pureza, inocência e arcaísmo. (...) 'Nos espaços *in between* criados pela colonização aparecem e se desenvolvem novos modos de pensamento cuja vitalidade reside na aptidão para transformar e criticar o que as duas heranças, ocidental e ameríndia tem de pretensamente autêntica'. (...) A passagem instantânea de um universo a outro – de uma calçada a outra, de uma rotina a outra – só proporcionava uma sensação física, um sentimento de estranheza. As partes outrora separadas pareciam de novo soldadas, sem ainda terem se formado uma peça inteira.”¹⁴

As formulações de Serge Gruzinski me são especialmente caras, pois ele nos convida a duvidar. Em outro momento de seu livro ele desenvolve que para pensar o hibridismo é preciso duvidar do termo cultura e também do vocábulo identidade. As misturas se dão justamente pois não existe uma cultura pronta, hermética e concluída. Além disso, a identidade de um homem é uma construção que está ligada a sua história pessoal, sendo assim, diversas identidades podem ser acionadas e misturadas nos mais distintos momentos de encontro¹⁵.

Por que trazer Gruzinski para discutir os textos de Vainfas e Fernandes? Acredito que a análise documental possa mudar radicalmente de acordo com a chave conceitual utilizada e aqui o refinamento do conceito permite ver que apesar de Vainfas utilizar abertamente o conceito e Fernandes não o referir, ambos estão atentos, de modo muito semelhante, às misturas e mestiçagens, se afastando de análises nas quais o índio é tido como um incapaz, pronto para ser moldado pela cultura não-índia. Afastam-se de análises que vêem na colonização uma aculturação de mão única, onde apenas a cultura indígena é transformada. Por isso aproximo as análises de Ronaldo Vainfas e de Eunícia Fernandes.

Nesse sentido, destaco a definição que Eunícia Fernandes escreve para *colonialidade*, o conceito que ela desenvolveu: “Caldo cultural onde os parâmetros originais são alterados, re-allocados,

fundindo-se num novo arranjo, criando um código específico, eis a colonialidade.”¹⁶ Apesar da autora não operar diretamente com o conceito de hibridismo, sua formulação abre portas para a questão da cultura híbrida.

“A cultura é um elemento estruturante da conduta dos homens, mas ela não está fechada em si mesma: o eventual re-articula a estrutura, dando-lhe movimento. Desta forma, mesmo que eu considere que um número n de referências mantenham uma coerência interna capaz de identificar uma cultura como indígena, jesuítica e/ou colonial, essas referências não estão cristalizadas, podendo tornar-se elementos cambiantes na cultura em 'ação'.”¹⁷

Neste sentido o silêncio de que Luiz Felipe Baêta Neves nos fala é de fato – como ele mesmo coloca – um ruído, repetição de uma mesma fala. Todavia, as leituras feitas por ele acabam por ratificar este ruído que ele acredita estar alocado na documentação, e que na verdade, em certo sentido reside na sua análise documental, como podemos perceber ao contrastar seu trabalho com o de Vainfas e Fernandes.

OBJETIVOS DIFERENTES, PERSPECTIVAS DIFERENTES

*“...Pois o que você ouve e vê depende do lugar em que se coloca,
como depende também de quem você é”*

(C.S. Lewis)

Apesar dos objetivos distintos, acredito que algumas das obras com as quais estamos conversando partilham um objetivo maior que parece perpassar as obras como um todo e que foi enunciado por Baeta Neves: lutar contra silêncios instituídos.

“A posição jesuíta se beneficiou de um silêncio espantoso que se impôs a dezenas de gerações... e de posições teóricas. (...) Mas tal silêncio é absolutamente enganoso; na verdade não há silêncio – que há é a repetição da fala (e da ação) dos religiosos. Não há silêncio porque o tema não foi esquecido nem pela sociedade nem por seus teóricos; apenas o tema foi erigido como tal – e assim analisado – por uma única posição, que conseguiu estabelecer seu império sobre as demais – e onde menos se espera. Este 'silêncio' – que é um imenso ruído – se solidifica e se reproduz não somente na pura teoria. É retransmitido a cada instante pelas instituições pedagógicas, pelos livros didáticos, pelos órgãos de difusão.”¹⁸

O trabalho de Thiago Florêncio, por exemplo, é fundamental como uma leitura do período colonial. No entanto, vai além, sendo crucial para pensarmos como a posição e a história do observador

influenciam sua visão de mundo. Florêncio pode não ter explicitado a questão do silêncio como Neves fez, contudo, fica visível em seu trabalho o esforço que foi empreendido para que o indígena não fosse visto como 'papel em branco', como tantas vezes escrevera Manoel da Nóbrega. A amplitude de seu objetivo não deixa de lado a questão de lutar com os silêncios que parecem assombrar historiadores deste período. Assim, Thiago Florêncio nos mostra que da mesma forma como as imagens e as representações são mutáveis, existem diversos tipos de 'salvações' e cada homem, ou cada segmento religioso, escolhe quem é seu salvador e como quer salvar outros homens, mesmo que essa salvação que é pregada e inscrita anule por completo outros tantos homens e corpos.

Baêta Neves, por sua vez, anuncia o silêncio com o qual depara-se ao trabalhar com a documentação jesuítica, mas, sua enunciação não o move. Portanto, repito o que disse em momento anterior, seu trabalho por vezes silencia o ameríndio, tornando-se parte do ruído e da repetição de uma mesma fala, a dos jesuítas.

Ao escrever sobre a Santidade Ameríndia Vainfas defende-a como síntese da máxima resistência do indígena ao colonialismo lusitano no século XVI. Transcrevo parte de seu argumento:

“Idolatria tupinambá, a santidade acabaria por se tornar, mais que isso, uma idolatria luso-brasileira, conforme a denominei certa vez, referindo-me especialmente ao caso de Jaguaripe. Decifrando suas crenças e ritos, pude recompor o que chamei, ancorado em Ginzburg, de *formação cultural híbrida de compromisso*. Formação Cultural Híbrida, resultado da 'colonização da língua tupi' pelos jesuítas, e da superposição de imagens cristãs aos heróis indígenas do dia-a-dia. (...) o estudo das santidades permitem perceber, com nitidez, a fluidez das fronteiras culturais de nossa primeiro século: os aldeamentos se misturavam com os engenhos; a floresta com a lavoura; os mamelucos com jesuítas e caraíbas, disputando todos o monopólio da santidade.”¹⁹

Trago a voz do próprio Vainfas, pois acredito que o ponto crucial de sua obra fica especialmente explícito neste trecho. Mais do que isso, podemos ler em seu argumento parte dos objetivos que perpassam sua obra. O ameríndio não é como o barro, que fica a espera de um oleiro que lhe dê forma. Ao contrário, o contato entre as duas realidades é transformador para ambos e o indígena não deve ser visto como incapaz, como o indígena dos livros didáticos que em alguns momentos parece um tolo que trocava pau-brasil por 'coisas de homens brancos'.

Estes trabalhos – para além de fugirem do silêncio intransponível que Baêta Neves anunciou – são posicionamentos importantes que se apresentam contra esta imagem falaciosa do ameríndio ignorante e inábil, amplamente divulgada em materiais didáticos e em publicidades diversas. Para além de permitirem uma visão mais completa e complexa da experiência colonial – por abrirem espaço para uma multiplicação das vozes –, nos permitem também o repensar do momento atual na educação e na academia.

O trabalho de Eisenberg a primeira vista se distancia, com seus argumentos e objetivos, dos

outros trabalhos com os quais dialogo, pois trabalha com uma visão mais teórica e política da história. Estas formulações podem não ter relação direta com as questões que as interlocuções com a antropologia levantam, porém, são teorias como as dele que me permitem ler de outra forma a questão dos discursos de liberdade indígena. Para alcançar seu objetivo principal - analisar o pensamento jesuítico como contexto histórico para o desenvolvimento do pensamento político-jesuítico do início da era moderna – o autor precisa pensar, assim como Florêncio, de que modo as questões religiosas influenciam o encontro e os discursos de liberdade sobre os ameríndios

“As inovações conceituais, introduzidas pelos missionários jesuítas no Brasil e sistematizadas por teólogos europeus, certamente contribuíram para a constituição de 'momentos' de ruptura teórica no pensamento político do início da era moderna, momentos estes que são, no mínimo, análogos ao momento maquiaveliano descrito por Pocock. (...) Onde há rastros de um encontro cultural e de uma aventura teórica subsequente, há uma pequena narrativa da história das linguagens da teoria política para ser reconstruída.”²⁰

A dissertação de Eunícia Fernandes, cujos objetivos já me parecem estar em parte visíveis, foi aproximada do trabalho de Vainfas em momento anterior, mas não o farei neste momento. Para dar voz aos ameríndios e fugir de uma análise que limite a atuação dos nativos, a autora trabalha com uma cultura que estaria em constante movimento. Usando o relato de Cardim, seria em parte natural imaginar que o personagem principal de sua dissertação é esta figura, entretanto, o centro de sua dissertação não é a pessoa de Cardim, e sim a *colonialidade*, que é uma forma de dar voz ao ameríndio e colocá-lo em posição de igual para com os jesuítas.

“A imagem polissêmica, que se dá a interpretar por todos que vivem a experiência colonial, permite que se veja que o material vai muito além dele mesmo. Resultado já de adaptações e alterações, provoca outras mais, formando a imbricada rede do novo código. (...) não é nunca a mera introdução de novos elementos numa teia cultural que permanece estática, mas sim o jogo de associações, inclusões e exclusões que vai se formando a partir daí. É abrir espaço para outras expectativas, é permitir ações antes descabidas ou inusitadas. É um movimento depreendido da experiência, do eventual, gera uma alteração na estrutura. No caso, a alteração provocada afirma uma especificidade que é mais do que a dinâmica interna das culturas indígena e jesuítica, afirma a *colonialidade*.”²¹

CONCLUSÃO

Acredito que seja cedo, tanto no momento de pesquisa quanto em minha vida acadêmica, para chegar a conclusões fechadas, porém, através desses textos cabe a busca pelo lugar para pensar os

discursos de liberdade sobre ameríndios no século XVII e em como isso é relevante no hoje.

Refletir sobre qual é o espaço para pensar os discursos de liberdade sobre os indígenas do século XVII é voltar à questão dos silêncios, pois as análises documentais e as escolhas textuais podem ratificar tal silêncio ou combatê-lo. Mas não apenas, é preciso ainda inserir nesta discussão o tema da memória, uma vez que a construção ou reconstrução da mesma amarra-se aos modos como acadêmicos lidam com o silêncio ou o ruído do qual nos fala Baêta Neves. Existem dois autores que me servem como inspiração para pensar este tema: Beatriz Sarlo e Eric Hobsbawn²². Tanto Sarlo quanto Hobsbawn fazem elucubrações sobre o papel político que a memória e a história podem assumir, destacando a responsabilidade que reside neste fazer historiográfico. Com tal pressuposto indago: 'qual a relevância de um tema que pensa índios do ontem para reflexões no hoje?' E está é a questão que pretendo enunciar nesta conclusão, mas que não tenho escopo ou fôlego para responder neste momento. A resposta é processo, uma trajetória que se constrói. A relevância do tema é algo que aos poucos se explicita e se transforma.

Talvez o primeiro ponto a discutir seja que o estudo e o questionamento da memória podem ser vistos como tentativa de responder inquietações sobre a relação que o passado mantém com o presente. Que memória construímos? Que memória questionamos? São duas perguntas que me parecem cruciais para minha pesquisa e dois questionamentos que eu acredito que guiam, em parte, minhas escolhas conceituais e documentais.

A relação que estabeleci com Hobsbawn ao comentar de sua obra não foi ingênua. A leitura de seu trabalho ecoa como uma inspiração, mas sobretudo como um aviso para historiadores. O seu artigo – “Basta de história de identidades”, não apenas atenta para as funções políticas da história, como também alerta para os perigos do que ele chama de mau uso da história.

“Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar, mesmo quando praticamos algo tão apartado das paixões públicas atuais quanto a edição de textos antigos. (...) Porém, o principal perigo não reside na tentação de mentir, o que, afinal de contas, não pode sobreviver facilmente ao escrutínio de outros historiadores em uma comunidade acadêmica livre, embora a pressão e a autoridade políticas forneçam uma sustentação para inverdade, mesmo em certos Estados constitucionais. **O perigo reside na tentação de isolar a história de uma parte da humanidade** – a do próprio historiador, por nascimento ou escolha – **de seu contexto mais amplo**. (...) Infelizmente, como demonstra a situação em áreas enormes do mundo no final de nosso milênio, a história ruim não é inofensiva. **Ela é perigosa**. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de morte.”²³

A longa citação tem seu lugar, pois, ao escrever sobre grupos tradicionalmente silenciados, corre-se o risco de isolar-se – para usar o termo de Hobsbawn. Porém, o isolamento limita a pertinência do tema. O que torna os trabalhos analisados relevantes, tanto para o estudo da América Portuguesa, como para reflexões atuais, é justamente pretender ir além de uma história que se apresenta apenas como legitimadora de identidades. Nesse sentido, concordo com o título de Hobsbawn, pois uma

história de identidades não é suficiente.

Os trabalhos preenchem lacunas e permitem ouvirmos vozes onde outrora havia apenas silêncio. O diálogo entre as diversas áreas do saber enriquecem minhas possibilidades de análise e me permitem olhar de outra forma para este silêncio. O mau uso da história e sua possível nocividade não estão presentes apenas na limitação a meu ver. Acredito que ouvir outras vozes e buscar por elas é uma forma de educar-se para a tolerância e o reconhecimento. Cabe-nos, porém, um manusear sábio do silêncio e das palavras. Muitas vezes, ao inscrever-nos na luta contra o silêncio instituído apenas criamos um novo 'ruído' – para usar a expressão de Baêta Neves.

Não cabe uma história de minorias que sirva apenas a si mesma e a um grupo específico, (ponto?) o fundamental é uma história que nos leva a uma reflexão maior, que sirva ao todo. A escrita da história nesse sentido não pode se contentar em legitimar memórias, identidades, sem problematizá-las.

Ao aventurarem-se por temas que envolvem as alteridades ameríndias, os autores abrem espaço para recontar histórias, reescrever momentos nos quais as lacunas nos falam tanto quanto as palavras. Dessa forma a história pode contribuir para construir uma outra memória. Erigi-se assim um conhecimento que busca conceder o respeito ao outro e o direito de fala.

Jeanne Marie Gagnebin escreveu em sua obra *Lembrar, escrever, esquecer*: 'é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade.' Ao lermos sobre encontros com as alteridades ameríndias podemos pensar no hoje e como no presente lidamos com os 'outros' que encontramos e com os quais ficamos frente a frente. Acredito ser preciso uma história que sublinhe tolerância, lute contra silêncios instituídos e permita ver os outros em nós mesmos, para ver no outro parte de nós.

BIBLIOGRAFIA

EISENBERG, José. *As missões Jesuíticas e o pensamento político moderno*: Encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Cardim e a colonialidade*. Dissertação de mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Departamento de História, 1995.

FLORENCIO, Thiago de Abreu e Lima. *A busca da salvação entre a escrita e o corpo: Nóbrega, Léry e os Tupinambá*. Dissertação de mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Departamento de História, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34.

GRUZINSKY, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOBSBAWN, Eric. "Não basta a história de identidade" in: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios*: colonialismo e

repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOTAS

¹Graduanda em História PUC-Rio

²“O mundo todo é nossa casa’ não quer dizer que tudo seja igual; quer dizer que todos nos sentimos estrangeiros em relação a alguma coisa e a alguém.” Cf. GINZBURG, Carlo. “Prefácio” in: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³FLORÊNCIO, Thiago de Abreu e Lima. *A busca da salvação entre a escrita e o corpo: Nóbrega, Léry e os Tupinambá*. Dissertação de mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Departamento de História, 2007.

⁴EISENBERG, José. *As missões Jesuíticas e o pensamento político moderno: Encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

⁵EISENBERG, José. *Op. Cit.* P. 18

⁶NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978

⁷EISENBERG, José. *Op. Cit.* P. 15

⁸FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Cardim e a colonialidade*. Dissertação de mestrado em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Departamento de História, 1995.

⁹NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Op. Cit.* P. 22

¹⁰FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Op. Cit.* P. 63

¹¹VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

¹²VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* P. 31

¹³Cf. HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003. GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁴GRUZINSKI, Serge. *Op. Cit.* Pág. 48-49

¹⁵Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

¹⁶FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Op. Cit.* P. 62

¹⁷FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Op. Cit.* P. 88

¹⁸NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Op. Cit.* P. 17

¹⁹VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* P. 228

²⁰EISENBERG, José; *Op. Cit.* P. 171

²¹FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Op. Cit.* P. 89 (grifo meu)

²²Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007. HOBBSBAWN, Eric. *Sobre a História*.

São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²³ HOBSBAWN, Eric. “Não basta a história de identidade” in: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 291- 292 (grifo meu)

ESQUERDA EM MOVIMENTO: ESTUDANTES EM LUTA NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR (1964/1968)

Autor: Rebeca do Nascimento Coelho¹

Instituição de Origem: Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Em sua história o movimento estudantil teve uma estreita ligação com os partidos/organizações de esquerda. É esse aspecto que essa pesquisa buscou compreender, focando o Estado do Ceará nos anos de 1964 a 1968. A ditadura militar, iniciada em 1964 marcou o movimento estudantil no Brasil, caracterizando-o por sua resistência ao golpe. Os estudantes destacaram-se em várias organizações de esquerda, representando expressivo número dos quadros de militantes. As atividades de oposição ao governo militar mais comuns eram as passeatas, os comícios-relâmpagos, as panfletagens e as pichações.

Palavras-chave: Esquerda; Movimento estudantil; Ditadura Militar;

INTRODUÇÃO

*“Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fê é na fê da moçada
Que não foge da fera, enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada...”
Gonzaguinha*

A presente pesquisa enfoca o movimento estudantil durante os anos de 1964 a 1968, ressaltando sua relação com as organizações de esquerda atuantes nesse período. A escolha desse recorte temporal dá-se por conta de que, em 1964, inicia-se o regime militar no Brasil se estendendo por 21 anos. Em 1968, houve o acirramento das lutas estudantis contra o regime autoritário vigente no País.

Esse artigo resulta da pesquisa oriunda da minha monografia apresentada em 2009 ao

Departamento de Ciências Sociais - UFC. Para tal, foram entrevistados nove ex-integrantes do movimento estudantil, escolhidos por terem se destacado e ocupado cargos de direção em entidades estudantis e organizações de esquerda, ou seja, que exerceram liderança. Entendo que esses sujeitos podem apresentar uma visão mais ampla e conjunta do movimento, pois estavam diretamente envolvidos com a realização das atividades e seus direcionamentos.

Cardoso (2001) enumera os principais acontecimentos ocorridos em 1968 no Brasil e em outros países. No âmbito internacional, destacaram-se “revoltas” estudantis em vários locais, como o 'Maio de 1968' na França, que repercutiu no Brasil; os protestos dos negros e dos estudantes nos Estados Unidos; a luta dos vietnamitas (a ofensiva do Tet - Ano Novo Lunar vietnamita – que culminou com o ataque à embaixada norte-americana em Saigon – capital do então Vietnã do Sul - pelos vietcongues, guerrilheiros sul-vietnamitas, apoiados pelo Vietnã do Norte durante a Guerra do Vietnã); a Primavera de Praga (mudanças políticas e econômicas na antiga Tchecoslováquia, liderada por Alexander Dubcek, que tentavam descentralizar o poder e aumentar a liberdade no país sob forte influência da União Soviética, gerou uma série de conflitos). Tais acontecimentos são, entre outros, alguns exemplos da agitação ocorrida naquele ano.

No Brasil, a autora destaca a luta do movimento estudantil pela reforma universitária que não se limitou às universidades, com manifestações, principalmente passeatas, em várias cidades; efervescência cultural como, por exemplo, o surgimento do Tropicalismo, os festivais de música popular, os teatros Oficina e Arena; o aumento da repressão militar, com a decretação, em dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 (que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas dos Estados, cassou mandatos políticos por tempo indeterminado, extinguiu o *habeas corpus* para indiciados na Lei de Segurança Nacional, radicalizou a censura aos meios de comunicação, entre outras medidas). A partir de 1968, ocorreu maior envolvimento de estudantes nas lutas urbanas nos grandes centros do País; cresceram os assassinatos de estudantes por agentes da ditadura; houve a tentativa e/ou implantação de guerrilhas rurais.

Para Ridenti (1993), a participação de estudantes em organizações de esquerda não pode ser interpretada apenas como fruto da atuação de uma classe média viável. O movimento estudantil e suas ambivalências não devem ser entendidos somente a partir das condições econômicas, o estudante, constitui-se como indicativo das contradições das sociedades de classe.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E A ESQUERDA ANTES DO GOLPE MILITAR 1964

A década de 1960 foi um momento bastante significativo do movimento estudantil (doravante ME), com várias manifestações políticas, sobretudo passeatas e greves estudantis. As chamadas reformas de base, propostas no governo João Goulart, mobilizaram os estudantes no País durante aquele período. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil):

Sob essa ampla denominação reformas de base estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.²

Os principais grupos atuantes de esquerda no movimento estudantil no Ceará no período anterior à ditadura militar eram: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); os grupos JEC (Juventude Estudantil Católica), que atuava entre os secundaristas e JUC (Juventude Universitária Católica), ambos pertencentes à Ação Católica Brasileira (ACB)³. Setores expressivos da JEC e da JUC formariam, posteriormente, a organização Ação Popular (AP), que teve muita importância no movimento estudantil no período anterior e posterior ao golpe militar de 1964.

O conceito de esquerda será compreendido nos termos que aponta Gorender (1998):

[...] conceito referencial de movimento e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes. (p. 11)

Os conceitos de direita e esquerda são apresentados por Bresser (2006) na seguinte afirmação:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça — ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas.

É nesse sentido que entendo a posição das organizações de esquerda apresentadas nessa pesquisa. Questionar a estrutura social e transformá-la, eram as prioridades desses grupos que como afirma Gorender possuíam suas diferenciações e mesmo seus limites.

Pode-se perceber esse posicionamento da esquerda, por exemplo, no Programa de Setembro de 1945 do PCB em que se afirma:

O Partido Comunista Brasileiro, partido da classe operária composto principalmente de trabalhadores, luta pela conquista da completa emancipação econômica, política e social do Brasil. Por conseguir para o povo as garantias da mais ampla e efetiva democracia; por melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da classe operária e toda a população

laboriosa, até chegar a abolir todas as formas de exploração e opressão. (CHACON, 1985, p. 343).

Portanto, percebe-se que a defesa da transformação social fazia parte dos debates, programas e ações das organizações de esquerda anteriormente e posteriormente ao golpe militar, como será visto adiante.

A luta pela reforma universitária no Brasil, que também era umas das pautas das reformas de base, foi outra forte temática do ME e teve sua maior expressão na “Greve do 1/3”. Decretada em junho de 1962, ficou assim conhecida pois reivindicava a participação de 1/3 dos estudantes nos conselhos universitários. A greve terminou com vitórias parciais, mas foi considerada importante pelos estudantes por defender a democratização das universidades e fortalecer grupos progressistas no ME⁴.

Ramalho (2002) ressalta e narra os acontecimentos que levaram à “Greve do 1/3” no Ceará que apresentou particularidades em relação aos outros estados. Uma delas: foi decretada antes da greve nacional comandada pela UNE (União Nacional dos Estudantes).

Em 1962, o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFC enviou ao Conselho Universitário um Memorial em que afirma:

O mínimo aceitável pela classe, como garantia daquela participação efetiva, é a representação de um terço do total de todos os órgãos colegiados da Universidade. Vossa Magnificência e o corpo docente por certo compreenderão, com isto, que nós já transigimos ao máximo, poupando-nos o constrangimento de examinar qualquer contra-proposta, desde já inaceitável. Esperamos que Vossa Magnificência e o Conselho Universitário compreenderão que nós estamos renunciando a um direito e não mascateando uma reivindicação. É o máximo que nos é lícito transigir, sob pena de traição à classe universitária. (CONSUNI apud RAMALHO, 2002, p. 122)

Diante da ausência de resposta da UFC à sua reivindicação o DCE enviou um ultimato ao Conselho Universitário estipulando um prazo final para resposta do Reitor, este respondeu que a exigência relacionava-se à reforma do Estatuto da Universidade, portanto não poderia ser resolvido imediatamente. Diante de tal argumento o DCE decidiu pela greve geral, que contou com apoio do Pacto da Unidade Sindical, da Aliança Operária Estudantil Camponesa e da UEE (União Estadual dos Estudantes). Durante a greve foram realizadas passeatas no centro da cidade, além de assembléias, debates, conferências e shows na Concha Acústica.

A greve findou sem que as propostas fossem aceitas pela maioria das universidades, mas foi considerada bastante significativa pelos estudantes, pois conseguiu levantar as discussões sobre a reforma universitária para além das fronteiras acadêmicas.

A ditadura militar viria a marcar profundamente o ME da década de 60, uma vez que suas atividades caracterizaram-se pela resistência ao autoritarismo. Temáticas como as da Reformas de Base

e reforma universitária foram suplantadas por outras mais urgentes, como a derrubada de um governo autoritário e a instalação de um novo sistema econômico, o socialismo. Farias (2007) ressalta que as notícias do golpe militar chegaram a Fortaleza ainda no dia 31 de março de 1964, no dia seguinte, começaram as primeiras atividades de resistência ou apoio por parte de estudantes e setores trabalhistas.

Ramalho (2002) narra as primeiras mobilizações estudantis contra o golpe no dia 1º de abril em Fortaleza, umas das deliberações: foi iniciada uma greve dos estudantes liderada pela UNE. Os estudantes do colégio Filgueiras Lima realizaram passeata até o Clube dos Estudantes Universitários (CEU), de lá os estudantes seguiram até a Praça José de Alencar, onde foram lançadas palavras de ordem contra o golpe. A manifestação continuou até a chegada do Exército, que obrigou os estudantes a se esconderem na Escola de Odontologia, de onde começaram a fugir antes da entrada do Exército. Quando este começou a invadir encontrou no recinto universitário somente 12 estudantes que foram identificados e liberados.

Trabalhadores do porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Telégrafos e Correios iniciaram greves, dissolvidas pelos militares. A Rádio Dragão do Mar foi fechada; a sede da FALTAC (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará) saqueada pelo Exército e a sede do PCB - ou Escritório 25 de Março - praticamente destruída.

Empresários, os dois maiores jornais em circulação no Estado (“O Povo” e “Correio do Ceará”), religiosos e alguns segmentos da classe média apoiaram o recente golpe. Houve as primeiras cassações de vereadores e deputados cearenses ditos subversivos.

No dia 16 de abril, ocorreu em Fortaleza a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma homenagem à atuação das Forças Armadas e ao “novo” governo. O jornal “Correio do Ceará” estimou a presença de 70 mil pessoas, o que Farias (2007) considera um dado exagerado. O autor ressalta que esse número elevado divulgado pela imprensa poderia ser um meio de querer demonstrar o quanto estava sendo bem recebidas pela população cearense as recentes ações do militares e seus apoiadores.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E A ESQUERDA APÓS O GOLPE MILITAR 1964/68

As principais tendências políticas de esquerda após o golpe militar no movimento estudantil eram PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), AP (Ação Popular) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil)⁵. Farias (2007) cita também as organizações guerrilheiras ALN e PCBR. Essas duas últimas defendiam a luta armada imediata como forma de resistência à ditadura militar. Ressalto que algumas dessas organizações como PORT, AP e PCdoB surgiram no período anterior à ditadura militar, porém suas atividades destacaram-se principalmente após o golpe; ALN e PCBR surgiram entre 1967 e 1968.

Uma das discussões que marcaram os partidos/organizações de esquerda durante a ditadura militar foi a defesa ou não da teoria que ficou conhecida como foquismo.

De acordo com Gorender (1998), a teoria do foco era baseada principalmente nos textos de

Ernesto Che Guevara, *A Guerra de guerrilhas* (1960) e de Regis Debray, *Revolução na revolução?* (1967). Para tais autores, baseados no marxismo, as condições objetivas para a realização da revolução socialista nos países da América Latina já existiriam. A consolidação das condições subjetivas (o desejo de realizar a revolução pelos setores sociais que por ela seriam beneficiados) seria conseguido através da ação do foco guerrilheiro.

O foco consistia em um grupo de militantes que entrariam em contato com camponeses que se agregariam aos guerrilheiros, em uma região de difícil acesso, geralmente nas montanhas. Depois dessa etapa, colunas guerrilheiras saíam da região inicial, implantando a luta armada até o combate final com o Exército de onde pretendiam sair vitoriosos. O foquismo ficou conhecido com a Revolução Cubana que a teria posto em prática.

Porém, Jacob Gorender discorda, afirmando: “o pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à idéia do foco” (Op. Cit. p. 90), porque para ele já havia um movimento nacional contrário à ditadura de Fulgêncio Batista.

A novidade do foquismo, para o autor citado, foi priorizar o fator militar em lugar do político, pois seus adeptos consideravam haver uma excessiva burocracia e corrupção em alguns partidos comunistas. O foco guerrilheiro seria o responsável pela condução da luta armada, não o partido.

MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DE RESISTÊNCIA

Martins Filho (1987) destaca dois eixos centrais das atividades do ME em 1968: a luta contra a ditadura e a campanha pela transformação da universidade. A expressão desses dois eixos deu-se principalmente através da realização e organização das passeatas, pichações, comícios-relâmpagos e panfletagens.

As passeatas eram organizadas nos DA's das faculdades, no DCE e no CEU. Ali os estudantes fabricavam os cartazes, os chamados pirulitos. Nas palavras de Helena Serra Azul: “eram aqueles cartazes com o pauzinho no meio. Dois cartazes grandes com pauzinho no meio”. Havia a elaboração das palavras de ordem: “povo unido jamais será vencido”, “o povo na luta derruba a Ditadura”, “o povo armado derruba a Ditadura”.

A organização dessas passeatas muitas vezes entrava “noite adentro”. Os estudantes compravam spray para colocar dizeres nas faixas. No dia das passeatas colocavam as faixas grandes pelo lado de fora dos ônibus. Representavam uma forma de sair de dentro da universidade, de fazer a denúncia, de mostrar os problemas enfrentados pelos estudantes, e claro, de demonstrar o repúdio ao regime militar, exigir democracia, liberdade. Além de se caracterizarem, segundo os militantes, como uma festa, uma animação.

Essa manifestação tinha como perspectiva a construção da luta contra a ditadura, mas apresentavam-se particularidades e tensões entre as organizações. Maia Júnior (2002) resalta essas diferenças, o PCdoB defendia a frente ampla, com grandes alianças, os trotskistas defendiam o trabalho com as massas, a AP a ida para as ruas como principal forma de reivindicação, Helena Serra Azul, ex-

militante da AP, confirma “a gente aqui era doido por passeata”.

As “Passeatas dos bichos” eram desfiles de apresentação dos calouros à cidade, Maia Júnior (2002) as considera ritos de passagem, nas quais ocorreram, sobretudo, a denúncia à população do regime militar e do imperialismo. Essas passeatas, segundo o autor, eram marcadas pelas seguintes características: lugar da disputa, lugar do enfrentamento, lugar da representatividade. Havia curso carnavalesco, humor político, carnavalização do protesto, como meio de divulgação das reivindicações estudantis.

Em junho de 1968, ocorreu em Fortaleza a Passeata dos Vinte Mil, na qual compareceram além de estudantes, padres, mães, deputados do MDB (Movimento Democrático Brasileiro, considerada a oposição consentida a ARENA – Aliança Renovadora Nacional – partido dos militares), operários e populares.

Houve uma evolução dessas atividades com o decorrer dos governos militares e o aumento da repressão. O enfrentamento entre estudantes e policiais tornou-se mais intenso, com o uso das bombas molotov que eram lançadas contra os policiais.

Os comícios, na maioria das vezes relâmpagos, podiam ocorrer em uma passeata ou isoladamente. Em entrevistas realizadas por mim, ex-militantes contam como eram organizados. Rosa da Fonseca explica:

A gente marcava de se encontrar tal hora na praça José de Alencar, um subia em um banco e começava a fazer o discurso, outros chegavam junto e começavam a puxar palavras de ordem, aí lá vinha polícia e começava a correr todo mundo.

Um caso interessante foi narrado por Francis Vale, que demonstra a coragem dos militantes:

Tinha um pessoal que fazia comício relâmpago nos ônibus convocando o pessoal para ir para as passeatas e nesse meio tinha os que sabiam bater. Tem um caso que uma vez nesses comícios relâmpagos, o Fabiani Cunha (ex-militante da ALN) que era da faculdade de Direito, lutador, foi fazer um desses comícios, ele vinha no ônibus e tinha um major e deu voz de prisão a ele. Ele segurou no apoio do ônibus e meteu o pé no major e fugiu.

As panfletagens ocorriam com maior frequência onde hoje se situa o shopping Benfica, local de parada de ônibus, onde desde essa época havia grande movimentação de pessoas. Os estudantes saíam do CEU (Clube dos Estudantes Universitários) que ficava nas proximidades e iam “panfletar” na Avenida Carapinima.

Ocorreu em 1º de abril de 1968 em Fortaleza, uma manifestação que resultou na depredação do USIS (United States Information Service), em repúdio ao assassinato do estudante secundarista Édson Luís, por policiais no restaurante Calabouço, em 28 de março desse ano, no Rio de Janeiro.

De acordo com pesquisa de Maia Júnior (2002) há duas versões sobre o fato: foi uma ação espontânea, não planejada anteriormente. O USIS era um órgão de intercâmbio entre os EUA e o Brasil.

Havia um sentimento antiimperialista entre os militantes e estes teriam decidido de forma espontânea depredar a sede do USIS. Mas também afirma-se, entre ex-militantes, que o evento foi uma ação deliberada e previamente decidida principalmente entre militantes do PCdoB. Tal decisão teria sido levada ao conhecimento do DCE: a ação seria realizada em um dia decisivo, o aniversário do golpe militar e poucos dias após a morte de Édson Luís. E exigia-se, portanto, uma radicalização do movimento.

A depredação da sede do USIS consta no livro “Perfil dos Atingidos”, que reúne processos instaurados em decorrência da resistência à ditadura militar. De acordo com o livro, foram processados o professor Juracy Mendes de Oliveira e o estudante Antônio de Matos Brito que, segundo os autos do processo, teriam conduzido uma bandeira do Vietnã e liderado o quebra-quebra com tentativa de incendiar a sede do órgão. O inquérito aos denunciados foi instaurado no mesmo dia da ação. Em 1969, ambos foram condenados a dois anos e seis meses de prisão e tiveram os direitos políticos suspensos por cinco anos.

Nas principais atividades do ME, percebemos as rupturas com os costumes da época como, por exemplo, a participação das moças nessas atividades. As pichações eram atividades consideradas de risco, pois se exigia saídas noturnas. Ao contrário das passeatas, que, no início do regime militar ocorriam com autorização da polícia, as pichações não eram admitidas da mesma forma.

Após 13 de dezembro de 1968, com o endurecimento do regime militar, manifestado através de várias ações institucionais (AI-5, Decreto 477) é considerado por muitos pesquisadores e pelos próprios militantes que houve uma derrotada das esquerdas e desarticulação e crise do ME. No entanto, outras formas de combate ao governo militar foram desenvolvidas. Houve, nesse período, o advento da luta armada, protagonizada por organizações de esquerdas que perceberam essa perspectiva como meio principal e eficaz de resistência ao regime militar. Ações como seqüestros de personalidades políticas e expropriações aos bancos foram realizadas com o intuito de obter a liberdade de presos políticos e a arrecadação de dinheiro para a execução de tais atividades. Ações armadas foram realizadas em vários estados brasileiros, inclusive no Ceará.

A guerrilha rural também foi percebida como forma de combate admitida nesse período. A Guerrilha do Araguaia, iniciada em 1972, tornou-se a mais conhecida. A maioria de seus integrantes, muitos deles oriundos do ME, foram assassinados em conflito com o Exército em 1974, muitos continuam desaparecidos até o momento. Além dos guerrilheiros do Araguaia, outros que optaram por resistir à ditadura militar, através da luta armada ou não, também morreram em confronto com policiais, torturas ou encontram-se desaparecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento estudantil, durante os anos da ditadura militar, tem sido bastante pesquisado nas Ciências Humanas e há livros, ensaios e trabalhos acadêmicos que procuram mostrar sua importância histórica, seus limites, utopias e inovações nos comportamentos culturais e políticos da época. O

questionamento maior dessa pesquisa esteve em torno da relação de convergência do movimento estudantil da década de 1960 e a esquerda, considerada como movimento que visava a transformação social.

Pesquisas afirmam que esse engajamento entre esquerda e ME ocorreu em momentos anterior e posterior ao estudado nessa pesquisa. Uma evidência disto está no fato de que a UNE teve, em sua maioria, presidentes e diretores pertencentes a grupos de esquerda (POERNER, 1979). A compreensão da relação entre organizações estudantis e organizações de esquerda na década de 1960 pode ser tentada tendo-se como parâmetro a noção weberiana de *afinidade eletiva*. Diversos fatores convergiram para que, no Brasil, ambas formassem uma resistência ao regime militar.

Entre esses fatores, ao observarmos as razões de ingresso no ME e em organizações de esquerda dos ex-militantes entrevistados nessa pesquisa, percebe-se uma série de preocupações e motivações desses militantes referentes aos debates existentes entre os grupos de esquerda, por exemplo, a importância do nacionalismo e resistência ao imperialismo norte-americano, a defesa da realização de reformas na sociedade, a convergência do humanismo cristão e questões de transformação social (representado pela Ação Popular, organização oriunda da Igreja Católica que exerceu grande liderança no ME no Brasil). Pode-se, portanto, constatar convergências entre os anseios dessa juventude que ingressou no ME e os debates que fervilhavam entre as organizações de esquerda do período. Como dito nas entrevistas, as leituras faziam parte do rol de atividades dos militantes, literatura, os livros de Karl Marx, Trotsky, Lênin entre outros contribuíram para esse conhecimento.

Existia no interior do ME utopias, nem sempre precisas e consistentes, como é próprio das utopias. As lutas políticas organizadas estavam orientadas para a transformação da sociedade, Estado e do governo fundidas nos ideais de solidariedade, justiça, liberdade, impossíveis de se concretizarem em uma ordem autoritária.

É fácil perceber os limites de tal utopia. As próprias ações do ME voltaram-se mais claramente no sentido de contribuir para a derrubada da ditadura militar, de denunciar os abusos desse governo, a falta de liberdades democráticas, as desigualdades sociais, as falhas do ensino brasileiro. O fim daquele governo tornou-se a causa maior das lutas, mesmo que estivessem presentes nas manifestações uma ideologia anti-imperialista e a defesa de implantação do socialismo. No entanto, em virtude de ser uma causa mais urgente e visível e sobretudo tangível, a resistência à ditadura militar firmou-se como meta preponderante de luta.

O Governo brasileiro, em 2009, promoveu uma série de propagandas divulgando a existência de desaparecidos políticos no País e solicitando ajuda no sentido de dar fim a busca dos familiares desses combatentes, resgatando seus restos mortais. O cearense Bergson Gurjão, que militou no ME, morto durante o massacre na Guerrilha do Araguaia, teve sua ossada reconhecida e devidamente sepultada. Ocorreram várias solenidades de homenagem ao ex-combatente na cidade de Fortaleza nas quais foi reconhecida sua atitude corajosa e de outros combatentes da Guerrilha e dos que lutaram contra a ditadura militar. Ressalta-se, nas propagandas do Governo Federal, também o intuito de resgatar a história do período da ditadura militar, com o apelo à população sobre a informação de

registros históricos do período.

A história do ME na década de 60, principalmente em 1968, é tema instigante para pesquisadores, uma vez que se trata de período muito rico em vivências políticas e de mudanças de comportamento entre a juventude brasileira. Passadas mais de quatro décadas o assunto continua a desafiar a interpretação de historiadores, sociólogos e de todos os que se dedicam a analisar os fatos recentes da história política brasileira. O assunto é, portanto, inesgotável e dele podem ser explorados vários aspectos: culturais, políticos e de gênero. Detive-me nesta pesquisa a mostrar a participação das organizações de esquerda no ME, fato significativo e preponderante quando alguém se reporta àquele período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, A.; LIMA, H. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- CARDOSO, Irene. Os acontecimentos de 1968: notas para uma interpretação. In: _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- FARIAS, Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar (1968-72)*. Fortaleza: Livro Técnico, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de lutas: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962 – 1969)*. 2002. 254f. (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-68*. Campinas: Papirus, 1987.
- MITRAARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. *Perfil dos Atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RAMALHO, Bráulio. O ME na fase posterior ao golpe. In: _____. *Foi assim! O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968*. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC, 2002.
- _____. Questões fundamentais. In: _____. *Foi assim! O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968*. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC, 2002.
- RIDENTI, Marcelo S. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

NOTAS

¹Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará

²Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base.

³ Acesso em 15 de novembro de 2011.

⁴ RAMALHO, Braulio. Questões fundamentais. In: _____. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC, 2002.

⁵ Arantes e Lima (1984)

Qual Democracia? O período de redemocratização na América Latina: uma reflexão sobre Brasil e Argentina.

Autor: Gleidiane de Sousa Ferreira¹

Instituição de Origem: Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O artigo busca entender como se deu o processo de redemocratização pós-ditaduras militar no Brasil e na Argentina nos anos 80, levando em consideração as especificidades desse processo nos dois países, fazendo um paralelo com a política e o projeto neo-liberal norte-americano para a América Latina nesse período. Assim, se busca desenvolver neste trabalho uma análise em torno da relação das aberturas democráticas da América Latina com os Estados Unidos dentro de uma nova geopolítica internacional de desenvolvimento e relações econômicas, problematizando os discursos sobre as novas “compreensões” acerca do modelo político democrático e sobre a própria Democracia que se quer estabelecer nesse momento. Dessa forma, compreender a política norte-americana em meados dos anos 80 é aqui de fundamental importância para se analisar a reconfiguração do jogo de poderes políticos e econômicos em níveis globais, e principalmente a sua relação com a trajetória das democracias latino-americanas. Portanto, buscando perceber, qual a principal relação e os principais interesses que ligam a América Latina, especialmente Brasil e Argentina, aos Estados Unidos e às novas propostas de reorganização política e econômica a níveis mundiais, entendendo como esse projeto e esses interesses podem ser pensados na experiência histórica no entorno desse período nesses dois países.

Palavras-chave: Redemocratização; neoliberalismo; América Latina; Brasil; Argentina.

RESUMEN

El artículo busca entender el proceso de redemocratización pós dictaduras militares en Brasil y Argentina en los años 80, considerando las especificidades de ese proceso en los dos países, haciendo un paralelo con la política y el proyecto neoliberal estadounidense para la América Latina en ese período. Así, se busca desarrollar en este trabajo un análisis sobre la relación de las aberturas democráticas de América Latina con los Estados Unidos dentro de una nueva geopolítica internacional de desarrollo y relaciones económicas, analizando los discursos sobre las nuevas “comprensiones” sobre el modelo político democrático y sobre la propia Democracia que ansían establecer en ese momento. Por lo tanto, para entender la política estadounidense a mediados de los años 80 que aquí es de fundamental importancia para examinar la reconfiguración del juego de poderes políticos y económicos en los niveles mundial, y especialmente su relación con la trayectoria de las democracias latinoamericanas. Así, se busca darse cuenta, cuáles son las principales relaciones e intereses que unen

la América Latina, especialmente Brasil y Argentina, a los Estados Unidos y a las nuevas propuestas para reorganizar los planos político y económico en el mundo, la comprensión de cómo estos proyectos e intereses se pueden pensar en la experiencia histórica en torno a este período, en ambos países.

Palabras claves: Redemocratización; neoliberalismo; America Latina; Brasil; Argentina.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o período de transição democrática pós-ditaduras militares no Brasil e na Argentina, atentando especialmente para uma reflexão teórica, a partir da experiência vivida por esses países, sobre o conceito e a prática democrática vivenciadas em tal momento. Assim, busca-se, a partir de algumas inquietações, pensar o que estava sendo entendido por Democracia e qual a importância atribuída a tal conceito para esses países, nesse período. Para tal, vale ressaltar a análise, neste trabalho, de alguns discursos e práticas políticas observadas nesse momento, como também, a busca constante em analisá-los dentro de uma conjuntura maior a nível mundial no que se refere aos planos político e econômico.

Dessa forma, entendendo esse período como fundamental para a compreensão das novas relações que se estabelecem mundialmente, não apenas entre os países em questão, mas em relação a toda América Latina, se torna obrigatória uma reflexão acerca da significação e da participação dos *Estados* como veículos transformadores de uma nova realidade. Para tal fim, é necessário pensar de que maneira será idealizado o papel destes como possibilitadores e legitimadores de uma nova proposta de organização social mundial, o que nos possibilita refletir a Democracia como um regime político de Estado e também como uma nova concepção de relação entre sociedade e poder público.

É importante analisar o período de redemocratização a partir da atuação dos Estados Americanos dentro da conjuntura mundial dos anos 80, considerando a emergência e a necessidade dessa mudança, também, como uma política externa norte-americana que buscava o estabelecimento de uma nova ordem política e principalmente econômica mundial, visando à manutenção da sua principal área de influência, a América Latina, e o restabelecimento da sua hegemonia enquanto potência mundial.

Assim, a reflexão sobre as aberturas democráticas na América Latina neste trabalho, especialmente nas realidades brasileira e argentina, são entendidas a partir da análise do que podemos chamar de fatores externos - a redemocratização dentro de um projeto norte americano - sem desconsiderar as dinâmicas internas dos países, que se somaram como fomentadores desse processo de transição. Como exemplo disso, está a pressão exercida pela sociedade na resolução dos problemas econômicos legados dos governos militares.

UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A DEMOCRACIA DOS ANOS 80

O debate sobre a compreensão de Democracia requer uma discussão acerca da relação entre os

fatores que são entendidos como fundamentais para a existência de um sistema dito democrático. Alguns pontos são essenciais para essa discussão. Primeiro, as estruturas institucionais da ordem *política* - o que alguns autores chamam de as “regras do jogo” (BORON, 1994) - e as questões de caráter *econômico e social*, que são fundamentais para se analisar a estabilidade de um sistema democrático.

Assim, tomando como base as teorias políticas americanas que surgem desde fins dos 70 e sua influência no processo de transição democrática, com o objetivo de fazer uma análise crítica dessas teorias, podemos destacar alguns pontos fundamentais a serem desenvolvidos na primeira parte deste trabalho. 1. *O debate sobre a Democracia como um projeto norte-americano*. 2. *A Democracia política e o neoliberalismo*. 3. *Contradições da Democracia na sociedade capitalista*.

De início, uma das questões mais relevantes é entender o momento político em que se encontravam os Estados Unidos da América em meados dos anos 80, na busca da recuperação da sua hegemonia política no contexto internacional. Após longos anos de um conflito ideológico polarizado com outra grande potência mundial, a União Soviética, os Estados Unidos disputavam a extensão da sua influência no mundo, entendendo a América Latina como a *principal* área de influência política para os norte-americanos.

Primeiramente, depois dos escândalos políticos que envolveram presidentes anteriores (Richard Nixon e Jimmy Carter), Ronald Reagan (presidente que governaria os Estados Unidos entre 1981-1989), inicia-se uma política interna de apoio ao seu mandato e de restabelecimento de confiança da sociedade estadunidense, principalmente, na política externa que buscava resgatar a hegemonia norte-americana, com o estabelecimento de uma política forte e segura para o crescimento econômico. Diante dessa situação, o Partido Republicano norte-americano será um dos grandes idealizadores, e Reagan, seu candidato, um dos maiores difusores da “necessidade” democrática no continente americano, em oposição aos governos totalitários, em especial a União Soviética.

É a partir desse empenho norte-americano em mudar a estratégia de atuação internacional, que a discussão acerca da importância das aberturas democráticas se fazem de grande relevância no cenário político e intelectual da América Latina. Nesse contexto de “resgate” econômico teremos uma profunda idealização e difusão de uma concepção de Democracia, que aparece como *valor universal, necessário e urgente* para o estabelecimento de uma nova política que garantiria não somente o soerguimento da influência norte-americana, mas também o dos países latino-americanos que se encontravam em situações críticas, política e economicamente, nos momentos pós-ditadura.

Essa concepção se solidifica dentro de uma lógica em que a Democracia se apresenta como uma *reorganização do Estado* a partir de uma forma de governo que pretende garantir alguns direitos básicos (direitos humanos, liberdade de expressão e associação) que numa conjuntura pós- militar torna-se essencial, além do direito à participação política a partir da garantia de eleições regulares e do voto, ou seja, uma democracia *política*. Esse modelo se construiu suscetível a uma infinidade de críticas, visto que na lógica que se pretendia estabelecer, a Democracia pensada não ultrapassa o valor político no pensamento acerca da cidadania. A garantia de direitos políticos aparece dissociada de uma garantia de direitos econômicos e sociais que garantiriam a possibilidade de uma compreensão e de uma vivência mais completa e mais complexa acerca do que podemos chamar de sociedade

democrática. A Democracia então, era entendida como uma forma de organização das instituições públicas, uma maneira mais técnica de entender a garantia da administração de um sistema de governo que aspira principalmente à estabilidade política deste sistema.

A relação conflituosa que se faz entre a democracia política e a sociedade de economia neoliberal proposta pelos Estados Unidos desde o Consenso de Washington, é um dos pontos fundamentais para se refletir sobre o processo de transição democrática na América Latina. Primeiramente, pois a América Latina, especialmente os países que passaram por governos militares, se encontravam em condições alarmantes no que refere à economia. O legado militar para países como Argentina e Brasil foi catastrófico, com intensas crises política e econômica e o aumento significativo das dívidas externas, que garantiram a subserviência desses países em relação às grandes economias mundiais. Assim, a compreensão de democracia política se faz num campo simbólico, em que pretende-se propagar a idéia de que as mudanças no campo político na organização do Estado possibilitariam uma mudança das questões econômicas e sociais que afligiam a sociedade latino-americana pós ditadura.

É nesse contexto de submissão política e econômica por parte dos países Latino Americanos, que podemos tecer uma crítica inicial ao discurso proposto de Democracia como um sistema de governo capaz da resolução dos problemas enfrentados por esses países. A Democracia é pensada, nesse momento, como uma reestruturação do Estado dentro da idéia liberal de organização do sistema eleitoral (voto secreto, sufrágio universal, pluripartidarismo, garantia dos direitos civis e responsabilidade governante), tendo a democracia representativa como a delegação da responsabilidade de decisão à uma elite política, o que insere uma peculiaridade nesses processos de transições democráticas nos anos 80. Assim, quando a Democracia é entendida a partir das igualdades políticas e não econômicas e sociais, em que o voto delega certa legitimidade e um poder extraordinário de decisão ao poder público no caso de uma sociedade neoliberal, quem exerce o poder de fato - seja por intermédio do voto ou da simples influência política - são os setores economicamente influentes. Dessa forma, ao assumir o controle do aparelho do Estado nenhum governante seria capaz de garantir os compromissos assumidos para com os seus eleitores, pois isso dependeria das condições impostas pela conjuntura econômica internacional e da influência desses setores economicamente dominantes.

A cobrança do pagamento da dívida externa, por parte das organizações econômicas internacionais dos países Latino Americanos, em detrimento de um possível desenvolvimento humano e social desses países – mesmo quando a garantia dos direitos era o carro-chefe dos discursos eleitorais - é uma das primeiras contradições percebidas entre os interesses de um país depositados em seus governantes, e os interesses do capital internacional. Pois, como na realidade brasileira e argentina, o sonho das melhorias econômicas e sociais, foi transferido para o cumprimento inquestionável das leis da economia mundial e do início de uma política de exploração e de reorganização da lógica do trabalho.

É mediante esses questionamentos que vêm se construindo os principais debates sobre Democracia nas Ciências Políticas. E é diante dessas questões que podemos tirar algumas conclusões acerca da democracia do contexto dos anos 80, dentro de uma concepção reducionista de democracia

política. Vemos então uma tentativa de realocar o papel do Estado diante do princípio de liberdade comercial, aonde o político é construído para ser pensado separadamente do econômico e do social, onde o Estado aparece como legitimador dessa realidade, baseada na exploração geográfica da periferia pelos centros capitalistas. Assim, as perguntas que se colocam são: Como é possível pensar numa “democracia plena”, quando as leis economicamente impostas se fazem dentro de uma lógica excludente? Como pensar numa democracia de participação, quando a cultura política que se pensa construir é o “deleguismo”? Como se pode pensar em Democracia como valor Universal quando as relações econômicas são decorrentes da exploração dos países periféricos pelos centros capitalistas?

Por fim, diante dessas problemáticas, tomo aqui algumas reflexões de Atilio Boron sobre as contradições colocadas entre um Estado Capitalista e a Democracia:

Primeiro, até que ponto a plena democratização do Estado capitalista pode preencher o hiato entre a igualdade 'celestial' do regime político e a desigualdade 'material' que reproduzem incessantemente as relações burguesas de produção? É óbvio que o programa de democratização se encontra aqui com obstáculos insuperáveis. Não se trata de desmerecer os enormes avanços obtidos com a democratização dos capitalismos europeus desde a Primeira Guerra Mundial, nem de minimizar as dimensões do Estado Keynesiano de bem estar desde os 30; levadas adiante pelas lutas populares, as democracias burguesas introduziram uma série de reformas que melhoraram objetivamente as condições de existência das classes subordinadas. No entanto, isto não pode levar-nos a ignorar que aquelas transformações encontraram seus limites no despotismo que o capital manteve incólume no terreno da produção. É solucionável a contradição capitalista entre democracia política e autocracia econômica?²

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NA ARGENTINA.

Argentina

Tomando como reflexão as discussões anteriores acerca de algumas das problemáticas que pairam a reflexão sobre a Democracia, para pensar a realidade argentina, assim como a brasileira, é fundamental a análise dos discursos políticos para se compreender as temáticas colocadas no plano simbólico da relação Estado e Sociedade. São os discursos que nos indicam o que se *entende* sobre a realidade social e o que se *pretende* para ela. O discurso é produtor de um sentido e de uma perspectiva dentro de uma dada realidade, dessa forma, ele não se apresenta numa *via única*. A produção do discurso político mais tem a ver com as ansiedades de quem o escuta, do que das de quem o profere.

É dessa maneira, que entendendo a realidade econômica e social dos países latinos pós-ditadura, em que a pressão por uma mudança urgente dos problemas enfrentados por tais países é uma questão fundamental, pode-se a priori, suspeitar de uma tendência ou uma propensão a uma tentativa de resposta a estas, no conteúdo dos discursos. É claro que o discurso é o *indicador* de uma tentativa de afirmação de uma proposta ou de um projeto nacional que busca uma solução (projeção) comum para as

questões que estão em cheque como prioridade para aquela realidade. Assim, para analisarmos o intrincado processo que se constituirá a partir da abertura democrática até a constituição de um regime econômico de característica neoliberal, procura-se aqui, problematizar os discursos do primeiro presidente eleito Raúl Alfonsín e do seu sucessor Menem, de maneira a buscar compreender de que forma foram pensadas as questões primeiras para o estabelecimento de um regime democrático.

Utilizando como base o texto de María Susana Bonetto³, que analisa os discursos pronunciados por estes dois presidentes⁴, e onde podemos encontrar trechos desta documentação utilizada para tal, pode-se observar: 1. *O comprometimento de Raúl Alfonsín em focalizar-se nas questões políticas e institucionais, travando uma clara separação entre o político e o econômico.* 2. *O comprometimento de Menem em avançar na perspectiva da democracia política, com o objetivo de construir certa estabilidade em relação às políticas neoliberais.*

Pensando o discurso como indicador das necessidades e dos anseios mais urgentes de uma sociedade, podemos perceber uma das maiores características dos pronunciamentos feitos por Raúl Alfonsín em relação a suas prioridades e objetivos enquanto presidente. A necessidade de construir uma perspectiva de rejeição ao autoritarismo e às instituições ditatoriais, a busca de incentivar uma cultura política ligada à defesa dos direitos humanos, à ética e à tolerância, são as primeiras e mais eminentes perspectivas encontradas em seus discursos. Essa priorização da rejeição de valores cultivados no período ditatorial acaba por reafirmar a importância da reorganização e de reformas no que tange o âmbito político do Estado.

A campanha eleitoral de 1983 em que concorriam como principais candidatos, Italo Argentino Lúder e Raúl Alfonsín, dispôs de duas tendências antagônicas no que diz respeito à relação com as forças armadas. O justicialista Italo Argentino optou por um discurso de campanha que não objetivava nenhuma forma de confrontação com as forças militares, o que se entendeu por uma estratégia que posteriormente desembocaria em possíveis acordos com essas forças. Enquanto que, optando por uma forma mais radical de crítica aos militares, o candidato da *Unión Cívica Nacional*, Raúl Alfonsín, não só tomou o discurso de crítica a essas forças, como também sugeriu uma possível corroboração entre os militares e Italo Argentino. Essa postura foi fundamental para um olhar diferenciado da sociedade argentina que ansiava por uma mudança ética no que toca à garantia dos direitos humanos e à tolerância política. Raúl Alfonsín acabou por caracterizar-se como um candidato sinônimo de mudança e simbolicamente representante da Democracia. Aqui, podemos observar alguns pequenos trechos que expõem essas características⁵:

(...) privilegiamos la plena vigencia de los derechos humanos y la necesidad de dismantelar el aparato represivo.

(...) se pondrá em manos de justicia la importante tarea de evitar la impunidad de los culpables.

(...) El ciudadano común percibirá de la mañana por la noche, la diferencia entre el autoritarismo y la democracia.

(...) El Estado de la actualidad pesado, adiposo, retardatario habrá que transformarlo mediante una profunda reforma administrativa en un instrumento idóneo para la realización de la

grandeza y prosperidad del país.⁶

Em muitos momentos, a tendência reformista de Alfonsín em relação às estruturas do Estado e principalmente das forças armadas, trouxe grande prejuízo à governabilidade durante o exercício do seu mandato. A recorrente ligação e homogeneização do autoritarismo com as forças armadas foi motivo de profunda agitação política, visto que as medidas reformistas mais radicais quanto ao combate ao autoritarismo se fizeram na reestruturação das cúpulas militares e da punição aos minimamente envolvidos com o regime de 1976. Essas reformas, acabaram por expor as deficiências organizativas dos corpos militares, alimentando certo descrédito das forças armadas por parte da sociedade argentina.

Essa questão é importante, pois os levantes militares que ocorreram entre 1987 e 1989 foram grandes colaboradores para um crescente desprestígio do governo de Alfonsín. Primeiramente, por sugerirem a incapacidade do governo em implantar as políticas de reestruturação do exército e especialmente de não estabilizarem tais rebeliões.

O governo de Raúl Alfonsín foi marcado por um profundo esforço no que se refere às transformações institucionais de combate ao autoritarismo, de modo a manter uma perspectiva que focaliza as transformações no âmbito político e não no econômico. É nessa conjuntura política, de crises e instabilidades quanto ao processo transitório e à situação econômica argentina que não se resolvera no governo de Alfonsín, que o presidente Menem conquista certa legitimidade para apostar na construção de uma Democracia com *preponderância* da economia sobre a política e do mercado sobre o Estado. É no governo de Menem que a Argentina viverá sua fase decisória de afirmação da política econômica neoliberal.

A compreensão da Democracia como valor inquestionável e do Mercado como o gerador de riquezas, único veículo de progresso e crescimento econômico, serão os grandes marcos políticos não apenas do discurso, mas da administração Menemista. Essa tendência pode ser percebida tomando como reflexão esses pequenos trechos dos discursos de Menem:

(...)Este país moribundo...este país enfermo no se sana *con antiguos remedios*. Por eso nuestra desición por los cambios”; (grifos meus)

(...) se puede ser injusto distribuyendo mal las riquezas. Pero se es infinitamente injusto impidiendo la generación de nuevas riquezas.

(...)No vamos a ingresar al Primer mundo por una concesión graciosa del cielo o de los poderosos.

(...) estamos frente a un desafío. Semejante cambio no se logra sin momentos traumáticos.

(...) el camino no está exento de obstáculos ni de sacrificios.⁷

É clara a proposta de Menem em optar pela inserção argentina numa economia internacional e neoliberal mesmo considerando alguns pontos contraditórios e os sacrifícios dessa inserção, como no

inclusão da Argentina nessa política, estabelecendo uma nova organização de Estado e consolidando uma relação com o político, iniciado no governo de Alfonsín. É necessário entender que a redemocratização Argentina pode e deve ser pensada no contexto mais amplo da América Latina, iniciando-se na proposta reformista de Raúl Alfonsín e alcançando seu ponto máximo (principalmente no que se refere à consolidação da economia neoliberal), referente a proposta política e econômica a nível mundial, na administração de Menem, que se solidifica numa proposta mais clara de inserção da Argentina no Mercado.

A análise desses discursos, como dito anteriormente, são *indícios* no que se refere ao âmbito simbólico das relações políticas entre os seres políticos numa dada realidade. A reflexão desses discursos na sua relação com a prática política se faria numa outra problemática que não se busca aqui, visto que o objetivo central é analisar os discursos democráticos no período de redemocratização. Mas, vale ressaltar que tais problemáticas são fundamentais para uma análise mais completa desse processo.

Brasil

Assim como na Argentina, as crises políticas e econômicas foram fundamentais para solapar o regime militar brasileiro. A crescente dívida externa e a inflação, além do desgaste político provocado pelas constantes pressões e denúncias acerca da repressão, sem contar com a forte ligação dos militares brasileiros com os norte-americanos, fizeram com que a necessidade de transferência para um regime democrático fosse não apenas pensado, mas “acompanhado” pelas forças militares. Assim, nas pessoas dos dois últimos presidentes, a gradual abertura brasileira começa a tomar forma. Podemos dizer que o processo de redemocratização brasileira se estende do Governo de Geisel à eleição de Fernando Collor de Mello.

O desejo da sociedade brasileira por democracia, nos anos que se seguiram ao fim do governo Geisel e da ditadura civil-militar de 1964, viu-se, de certa forma, frustrado com as eleições indiretas para presidente da república em 1985 e o falecimento do novo chefe do executivo Tancredo Neves, deixando “órfã” a tão sonhada redemocratização, que nos dizeres de Geisel deveria ser “lenta, gradual e segura”, e assim o foi. O processo de abertura brasileira, se fez numa infinidade de “negociações” entre vários setores do cenário político, dentre eles, militares ou apoiadores do regime – como no exemplo de José Sarney que esteve no poder durante o regime e durante a transição e de Fernando Collor -, forças partidárias (estes que terão papel fundamental na elaboração do movimento “Diretas já!”) e segmentos do poder econômico, que objetivavam mudanças para o cenário da economia brasileira.

A criação da necessidade e da urgência - tão bem pensada pelo projeto norte-americano de Reagan - para as aberturas democráticas na América Latina, no Brasil terá, além da propagação da idéia da democracia política como solucionadora das crises enfrentadas por tais países, uma tentativa de legitimação popular conquistada pela idealização do movimento das “Diretas já!”. Não se trata aqui de diminuir os fatores internos que contribuíram para a indignação da sociedade brasileira em relação ao regime militar, mas, de buscar entender qual a compreensão de Democracia e participação política dos que idealizaram e propagandearam tal movimento, de modo a compreender as problemáticas colocadas acerca da Democracia. Dessa forma, é importante salientar que o movimento das Diretas propôs uma

reflexão política em cima da conjuntura de crise vivida pelo Brasil, sem uma atenção voltada para o questionamento em termos econômicos e sociais do processo de transição, contribuindo em muito, para a mitificação do voto como veículo incólume da participação política (confundido muitas vezes com a própria conquista da *cidadania*, ou seja, limitando a complexidade da compreensão de cidadania à conquista desse direito político).

As “Diretas já!”, movimento conhecido como um marco da mobilização política brasileira contou com o apoio de variados setores da sociedade, objetivando estabelecer uma nova forma de pressão acerca do processo de transitoriedade do regime. Teve como principal bandeira a defesa das eleições diretas para presidente, contando também com o apoio de vários meios de publicidade para tal fim. É nesse contexto de defesa da participação popular na escolha dos dirigentes do país, dado como uma forma inquestionável de reestruturação deste no contexto de crise, que o surgimento de figuras “representantes” e que “simbolizam” a democracia, é evidente. É nesse contexto, que a redemocratização brasileira assume algumas características fundamentais a serem tocadas aqui: 1. É dada de forma lenta e processual. 2. Não significou uma completa destituição do poder e da influência militar. 3. Surgimento de figuras “símbolos” da democracia no cenário político.

Esse surgimento aconteceu desde ainda o momento de eleição indireta com a eleição de Tancredo Neves - que acabou por tornar-se a principal figura de representação da consolidação democrática - tendo seu ápice com a eleição de Fernando Collor em 1989. Após a morte de Tancredo, o Brasil imerge numa onda de angústias e incertezas quanto à estabilização do regime democrático que se mantém mesmo com a assunção do seu vice, José Sarney, que posteriormente será marcado pela continuação e aprofundamento da instabilidade econômica brasileira. Utilizando como reflexão esses trechos de Bolívar Lamounier sobre a situação brasileira nesse período, especialmente após o governo Sarney, já nos sugere qual perfil de líder tendia a ser idealizado como o “solucionador” dos problemas enfrentados pelo Brasil:

Ao final dos anos 80 (a chamada 'década perdida'), formara-se no Brasil uma forte convicção de que somente a autonomia decisória de um presidente legitimado pelo voto direto começaria a repor o país nos eixos. Os altos e baixos registrados nos indicadores de crescimento econômico, ao longo desse período, não disfarçavam a tendência ao estancamento e menos ainda à elevação persistente e desordenada dos preços – a chamada 'instaglação', combinando instabilidade com estagnação e inflação.”

Essa situação econômica marcadamente adversa coincide, nos anos 80, com o visível aumento das tensões sociais e da pressão sobre o sistema político.”⁸

Nesse contexto, as eleições de 1989, nas quais seriam eleitos governadores, senadores, deputados estaduais e o presidente da república, que pela primeira vez seria escolhido de forma direta pelos brasileiros, teve papel decisivo no resgate da confiança do país, na busca da consolidação do pensamento democrático nos anos seguintes. O papel atribuído ao cargo de presidente durante esse período estava diretamente ligado à expectativa criada, principalmente, pelos formadores de opinião

nacional (entendendo como tal os jornalistas, economistas, cientistas sociais, etc.), à figura de um indivíduo que eleito democraticamente (eleições diretas livres) seria capaz de estabilizar a economia do país, conter a hiperinflação e garantir a transição e manutenção do sistema democrático. Um artigo do professor Cléber Aquino, da Universidade de São Paulo, publicado no Jornal Diário do Nordeste, de janeiro de 1989, é elucidativo para esse caso:

O desdobramento do quadro econômico é perigoso, notadamente, considerando o ano de 89 ser um ano político de campanhas para a presidência da República, com dois candidatos da esquerda com fortes possibilidades de um deles se tornar o primeiro mandatário da nação. Estou me referindo a Lula, presidente e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Leonel Brizola, fundador e presidente do PDT. E se o quadro econômico não melhorar, a vida se tornará insuportável para o povo e para esta situação – de sofrimento gradativo do povo – será um prato cheio para os dois candidatos acima, principalmente, o Lula, ambos capitalizando votos às suas pretensões presidenciais.⁹

A busca por um presidente que não tivesse ligação com as esquerdas (como Lula e Brizola) tão combatidas no cenário latino americano, e representasse a mudança numa proposta pautada nas transformações econômicas, era fundamental para caracterizar o futuro regente do Brasil. Nas eleições de 1989, a tentativa de impor uma perspectiva de mudança, foi o grande marco da campanha de Fernando Collor Melo, motivo que o garantiu grandes apoios das elites e da mídia brasileiras.

A administração de Collor, como já sabemos, foi complexa e conflituosa, uma relação que saiu de presidente eleito como símbolo da mudança, para símbolo do clientelismo e da corrupção, valores tão rechaçados pela cultura política democrática. Porém, mesmo com todas essas implicações, a administração de Fernando Collor foi fundamental para a introdução do discurso e da prática neoliberal de forma mais planejada como política econômica brasileira. Analisando alguns de seus discursos no início do seu mandato podemos ver:

O processo de modernização da economia dará decisivos passos adiante, e sempre na direção da liberdade empresarial, da fiscalização dos oligopólios, da plena vigência das regras de mercado.¹⁰ (Grifos meus)

Daí a convicção de que a *economia de mercado* é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o *capital estrangeiro*. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo.¹¹ (Grifos meus)

A *privatização* deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.¹² (Grifos meus).

Pensando essas questões podemos caminhar para uma fase conclusiva deste trabalho.

CONCLUSÃO

Falar do período de redemocratização pós-regimes militares na América Latina é debruçar-se sobre uma temática que muito tem a ser explorada pela História. Desse modo, as reflexões aqui esplanadas foram baseadas numa conjunção de bibliografias, textos, projetos políticos oficiais, discursos, jornais, dentre outras fontes, a fim de tentar perceber a polifonia característica desse momento da História política latino americana.

A problemática central deste trabalho consistiu na tentativa de pensar sobre a (re)formação das Democracias na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil, buscando uma reflexão crítica acerca da peculiaridade da conjuntura política, econômica e social vivida por essas sociedades em fins dos anos 80 e meados dos anos 90. Dessa forma, buscamos entender as roupagens em que se encontram os discursos democráticos, e de que forma de Democracia é pensada para esse continente no período de redemocratização. Primeiramente, no que se refere às questões políticas do processo de redemocratização, podemos considerar que na Argentina esse processo se deu, a partir da proposição de reformas políticas caracterizadas pela aversão às tradições políticas autoritárias. Essas reformas tiveram seu início com a política reformista de Raúl Alfonsín, que objetivava a construção de uma cultura política em contraposição aos valores autoritários dos regimes militares, sempre pensando na consolidação de um novo papel para a Argentina no cenário mundial.

A partir dessas questões, podemos traçar algumas diferenças em comparação à realidade brasileira, em que os militares foram peças chaves no processo de transição. Enquanto que na Argentina, a punição dos militares se deu quase completamente nos dois primeiros anos de abertura, criando uma perspectiva de repúdio à participação militar na política após a abertura, no Brasil, os militares, não apenas foram grandes idealizadores do processo de abertura, como, em grande parte, os acusados por violação dos direitos humanos até hoje ainda não foram punidos. Essa diferente condição entre os militares no Brasil e na Argentina, nesse momento, é de suma importância para entendermos esse processo nos dois países. Os militares no Brasil assumiram o papel da transitoriedade, e foram fundamentais inclusive na construção idealizadora de antigos apoiadores do regime autoritário que viraram símbolos da Democracia. No que tange às questões econômicas e sociais, podemos pensar que estes países não fugiram à perspectiva que se pretendia estabelecer a nível mundial, pois Brasil e Argentina, buscaram no período de abertura, se reafirmar diante do mundo como países de economia de mercado, a partir da implementação das políticas econômicas neoliberais, estas, independentes de uma relação próxima ou não, com os poderes militares.

Tomando como base essas questões, pode-se concluir que levando em consideração que para se consolidar um regime democrático, faz-se necessário a consolidação concomitante dos meios pelos quais todos os indivíduos (o *povo*) possam de fato *estar aptos* a participação política, que não se mantém restrita ao direito ao voto, mas que é entendida como uma mescla de condicionantes que se configuram na ampliação absoluta do que podemos chamar de, *igualdade social*.

Essa aptidão de participação, não se baseia aqui na busca de uma idealização da participação popular, nem numa tentativa de enxergar as mais íntimas e particulares formas de relação do povo com as instâncias de poder, mas é colocada a partir de uma concepção cujo princípio de igualdade entre as pessoas esteja *de fato* consolidada em todas as esferas sociais, o que significa dizer que a consolidação da democracia enquanto sistema regente de uma sociedade, não poderá se dá de fato, enquanto algumas dessas esferas estiverem organizadas para *legitimar* a própria condição de diferença e exploração entre os homens. Ou seja, a consolidação democrática no seu sentido analógico à concepção de Rousseau de “verdadeira democracia”, só poderá acontecer quando essas esferas sociais estiverem realmente organizadas de modo a garantir a todos as verdadeiras condições de participação política; as liberdades fundamentais (de expressão, de reunião, de associação, etc.) e as garantias sociais (saúde, educação, moradia, etc.); de forma a eliminar a ética de exploração, qualquer que seja, entre os homens. Dessa forma, buscamos entender que essa compreensão de Democracia deve ser pensada, não apenas no nível do cotidiano dentro de dada realidade ou de uma sociedade, mas também na realidade exploratória em que tenta-se estabelecer a nível mundial, dos centros capitalistas sobre as suas “áreas de influência”.

Desse modo, buscamos entender não o modo como o discurso democrático se mostra a nível mundial em meados dos anos 80, na relação de construção de uma lógica em que, a força abstrata que chamamos de mercado, consolida-se como o principal regente das relações entre os homens. Por fim, termino com uma importante reflexão de José Num sobre a idéia de *Democracia Genuína*:

Acontece que uma coisa é conceber a democracia como um método de governo para a formulação e tomada de decisões no âmbito estatal; e outra bem distinta imaginá-la como uma forma de vida, como um modo cotidiano de relação entre homens e mulheres que orienta e que regula ao conjunto das atividades de uma comunidade. Estou aludindo ao contraste entre uma democracia governada e uma democracia governante, isto é, genuína.¹³ (versão nossa).

NOTAS

¹Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará

²BORON, Atílio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Tradução: Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.26.

³BONETTO, Maria Susana. *La construcción de La Democracia en los discursos presidenciales. Argentina (1983-1999). Producciones en estudios sociales*, n. 3, 2007. ISSN 1667-7889. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2487874&orden=0

⁴Os discursos analisados pela autora são os pronunciamentos do presidente Raúl Alfonsín e do presidente Menem retirados

de *Las Sesiones de Apertura de la Legislatura* durante o período que correspondem aos seus respectivos mandatos.

⁵BONETTO, Maria Susana. *La construcción de La Democracia en los discursos presidenciales. Argentina (1983-1999). Producciones en estudios sociales*, n. 3, 2007. ISSN 1667-7889. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2487874

&orden=0

⁶“(...) privilegiaremos a plena vigência dos direitos humanos y a necesidad de dismantelar o aparato repressivo.” “(...) se colocará nas mãos da justiça a importante tarefa de evitar a impunidade dos culpados” “(...) o cidadão comum perceberá da manhã para a noite, a diferença entre o autoritarismo e a democracia.” “(...) O Estado da atualidade pesado, adiposo, retardatário terá que ser transformado mediante uma profunda reforma administrativa num instrumento idôneo para a realização da grandeza e prosperidade do país”. (Versão nossa)

⁷“(...) Este país moribundo, este país doente não se sara com antigos remédios. Por isso nossa decisão pelas mudanças. (...) se pode ser injusto distribuindo mal as riquezas. Mas se é infinitamente injusto impedindo a geração de novas riquezas. (...) Não vamos ingressar no Primeiro mundo por uma concessão graciosa do céu ou dos poderosos. (...) estamos diante de um desafio. Semelhante mudança não se consegue sem momentos traumáticos. (...) O caminho não está isento de obstáculos nem de sacrifícios.” (Versão nossa). Os discursos analisados do presidente Menem foram retirados de *Las Sesiones de Apertura de la Legislatura* durante os 10 anos do seu mandato e podem ser encontrados no artigo de, BONETTO, Maria Susana. *La construcción de La Democracia en los discursos presidenciales. Argentina (1983-1999)*.

⁸LAMOUNIER, Bolívar. *Depois da Transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

⁹Jornal Diário do Nordeste, Janeiro de 1989, Opinião, Seção Idéias, página 2.

¹⁰Discurso para a reunião ministerial de 18 de fevereiro de 1991. Disponíveis em: www.collor.com/discursos1991.asp

¹¹Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. *PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL Brasília, em 15 de março de 1990*. Disponíveis em: www.collor.com/discursos1991.asp

¹²Ibidem.

¹³NUM, José. *La rebelión del coro. Estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos Aires. Nueva Visión, 1989, p.61.

O VODU NO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA HAÍTIANA

Autor: Jamily Marciano Fonseca

Instituição de origem:

RESUMO

O Haiti é conhecido como o primeiro país das Américas a por fim à escravidão e a tornar-se independente por meio de uma luta em que houve a participação da maioria da população, composta por negros escravos que culminou na constituição de uma república negra. Esse processo é caracterizado pela forte religiosidade do povo haitiano, com suas práticas voduístas, que foi uma das grandes marcas da resistência negra. Em 2004, o Haiti comemorou o bicentenário de sua libertação e durante esses dois séculos (XIX e XX) o vodu foi perseguido e desqualificado do mesmo modo em que ocorria anteriormente à independência. Esse artigo objetiva abordar de forma panorâmica como o vodu e suas crenças são compreendidos durante esses 200 anos de “libertação”.

Palavras-chave: Vodu; Perseguição; Resistência; Bicentenário da independência haitiana.

INTRODUÇÃO

Desde o começo da ocupação do seu território, o Haiti sofre com a exploração de sua terra e com a violência moral e física para com aqueles que aí residiam[em]. Inicialmente os espanhóis e posteriormente os franceses, a fim de abastecer o mercado europeu, utilizaram os recursos naturais dessa terra e reduziram a população nativa de aproximadamente um milhão para cerca de sessenta mil habitantes¹. Diante desse genocídio, o tráfico negreiro se funcionou também como estratégia de repovoamento daquela terra que se tornou a mais rica ilha das Antilhas, produtora de tabaco, açúcar e café dentre outros gêneros.

Por volta do século XVII, juntamente com o negro trazido como escravo para trabalhar nas plantações na ilha de Santo Domingo, chega ao território o vodu, religião de matriz tradicional africana que era a forma do escravo “transmitir seus próprios mitos e de fixar seus próprios modelos de conduta”². A Igreja Católica, com a força da sua missão evangelizadora, estava atenta aos “fiéis em potencial”; mas tinha apenas o intuito de mostrar aos negros escravizados que a salvação estava “na aceitação de suas condições de existência desejadas por Deus”³.

No entanto, a Igreja e os colonizadores passaram a combater o vodu ao perceber que este continha elementos que provocariam a insubmissão dos escravos e, baseados na crença da inferioridade racial e cultural dos negros, buscaram desconstruir a sua identidade, incentivando com diversas práticas de violência (física e simbólica) a assimilação de valores europeus. Dessa forma, o homem branco construiu a base que legitima a prática da discriminação em relação à religião voduísta que

nossa sociedade, visto que ainda é entendida a partir de estereótipos preconceituosos que a demonizam.

No texto que se segue abordamos, em três partes, questões referentes à importância que o vodun teve na Revolução Negra que culminou na independência da ilha; em seguida, apresenta-se de maneira geral a forma como ocorreu a relação entre o Haiti e alguns países estrangeiros (França e EUA, principalmente); e por fim, se expõe, sucintamente, como a religião vodunista perpassou por alguns governos haitianos (de L'Ouverture, Dessalines, Soulouque, Papa Doc, Baby Doc e Jean Aristide) durante os séculos XIX e XX.

O LUGAR DO VODUN NA REVOLUÇÃO NEGRA

No momento em que os africanos chegaram ao território de Santo Domingo como escravos, trouxeram consigo o vodun e o mesclaram às tradições indígenas ali encontradas. Essa prática religiosa foi desde o início uma forma de refúgio e resistência à opressão que a escravidão lhes impunha, bem como um dos principais elementos a contribuir na congregação dos cativos em prol da liberdade.

No final do século XVIII, iniciou-se na França a Revolução de 1789, a qual influenciou diversos movimentos políticos tanto na Europa como na América. Dentre esses movimentos destacam-se os que ocorreram na ilha de Santo Domingo no mesmo período, uma vez que, por ser colônia francesa, as notícias sobre o que ocorria em sua metrópole chegavam mais rápido que nas demais regiões do continente americano.

Em 1794, apesar de continuar sob o jugo francês, a ilha conquistou a abolição da escravatura por meio de um levante denominado de Revolução Negra haitiana, sob o comando de Toussaint L'Ouverture, o qual se tornou o primeiro comandante negro das forças armadas. Em 1801, L'Ouverture, mesmo não proclamando a independência e com o enfraquecimento da supremacia francesa na região, decretou uma Constituição nova; e, em 1804, após a morte deste líder, ocorreu um novo conflito comandado pelo general Dessalines, que resultou na expulsão definitiva dos franceses e estabeleceu a independência. Dessa forma, Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado haitiano.

Os ideais jacobinos da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) foram defendidos com tanta garra pelos negros escravizados da ilha que, posteriormente, eles seriam conhecidos como os jacobinos negros ou de ébano, em referência ao grupo político que durante certo tempo conduziu o processo que resultou no fim do Antigo Regime na França. E por meio dessa primeira e única revolução negra e anticolonial surgiu o Haiti.

Acredita-se que o vodun teve um papel muito relevante na união dos negros escravizados durante esses movimentos pela independência. Segundo Santos, foi numa cerimônia vodunística que se firmou “um pacto de sangue onde todos se comprometem[eram] com a luta pela libertação do país, com a exterminação dos brancos e a criação de uma sociedade autônoma”.

Essa cerimônia chamada *Bwa Kayiman* ou *Bois Caiman* confirmou a hipótese de que a cultura africana, no caso a religião (vodun), foi o elemento que congregou os haitianos, principalmente os das áreas rurais, e os fizeram se identificar com uma mesma base ancestral, apesar da existência das diversas etnias que povoavam o Haiti naquele momento. Nesse sentido, a religião foi o elemento que

estreitou os laços entre os negros orgulhosos de sua cultura e identidade.

Em virtude do vodu ter sido um fator que contribuiu para a união dos negros na luta pela independência, a elite afrancesada que apoiava, obviamente, as forças repressoras, o combateu por meio de sua desqualificação, bem como com medidas que proibiam o seu culto religioso. No entanto, apesar dessa postura de condenação às práticas vodu, há indícios de que uma parte dos membros dessa mesma elite frequentavam as cerimônias religiosas e faziam oferendas às entidades espirituais voduístas. Tal prática explicita que as trocas culturais são uma via de mão dupla, ou seja, os brancos, apesar de dominadores, também incorporaram elementos do universo simbólico dos dominados.

É importante ressaltar que essa elite não aderiu ao processo que culminou na independência da região por este ter sido conduzido por negros, os quais eram tomados por “bárbaros” pelas sociedades européias, consideradas modelos de civilização à época.

Não obstante as tentativas de contê-la, a revolução foi vitoriosa e o seu significado para os negros escravizados, não só no Haiti mas também naqueles países latino-americanos onde a escravidão ainda subsistia, pôs em xeque a crença de que os negros eram incapazes de se organizar por si só.

O HAITI SOBA “VIGILÂNCIA” DE PAÍSES ESTRANGEIROS

Após a independência, a elite mulata da recente sociedade haitiana, no intuito de buscar o seu reconhecimento, continuou a negar as práticas voduístas, uma vez que “esta elite buscava afirmar-se no ideal da civilização pelo padrão francês, [e] preferiam isso a se juntar aos negros, com suas raízes africanas, sinônimo de atraso e barbarismo”.

Nesse período, o Haiti fechou-se para as políticas internacionais com o intuito de mostrar autonomia, dando preferência à economia baseada na agricultura de subsistência, mas, dessa forma, acabou prejudicando o desenvolvimento do país. Por isso, a elite descendente dos colonizadores se reaproximou da França, pagando a indenização exigida para o reconhecimento de sua independência. Tal pagamento só foi possível devido a um empréstimo concedido por bancos franceses aos haitianos, fato que reafirmou a hegemonia da antiga metrópole no país ainda no decorrer do século XIX. Como consequência desse imbricamento, ocorreu a intensificação do empobrecimento do Haiti, pois ao invés de investir no seu desenvolvimento, o país teve de assegurar o pagamento da dívida.

No entanto, essa preponderância francesa estava ameaçada, uma vez que outros países, como a Alemanha, a Inglaterra e os EUA, também demonstravam certo interesse pelo controle do comércio externo haitiano.

No último quartel do século XIX, os Estados Unidos, com a política da *América para os americanos* (Doutrina Monroe), começou a manter relações comerciais com os haitianos e aos poucos foi se imiscuindo e controlando o aparelho estatal, até que em 1915 conseguiu ocupar militarmente o país

sob o pretexto de que seu governo não havia pago uma dívida contraída junto ao City Bank. E, ainda, sob o argumento que as corporações estadunidenses, lá instaladas, estavam sob risco,

mpondo-se a pacificação das cidades em permanente convulsão. Por fim, e, sobretudo, para revogar o artigo da Constituição que proibia a venda de cana-de-açúcar aos estrangeiros.

Durante o predomínio dessas potências no Haiti, segundo Rodrigues, o vodu permeou o imaginário daqueles que aí passavam como turistas e militares, os quais desembarcavam no país a procura de cerimônias cruéis e orgíacas, uma vez que era essa a visão transmitida e disseminada para o mundo através de produtos consumidos mundo a fora, a exemplo dos filmes hollywoodianos.

Ainda nesse momento de dominação exercida pelos EUA, as seitas protestantes passaram a adentrar no país e desde o início foram categóricas ao repudiar a religião voduísta. Dessa forma, o governo estadunidense aproveitou o protestantismo para se implantar e controlar melhor as massas.

Na primeira metade do século XX, houve um movimento de resistência literária que abordava temas voduístas, por exemplo, a *Revue Indigène* (1927) e a revista *Les Griots* (1938), que criticavam a atitude da Igreja católica ao denegrir o vodu, bem como a exploração das riquezas haitianas pelos países imperialistas.

Pode-se citar J. Roumain e J. S. Alexis, escritores haitianos que, por compreenderem o vodu como expressão da miséria dos camponeses, denunciaram a campanha anti-supersticiosa promovida pelo Estado e pela Igreja católica. J. Price-Mars também escreveu em defesa da negritude e da africanidade como características que dignificavam os haitianos e criticou o abandono das tradições por parte da elite mulata, a qual é considerada, em suas obras, como a traidora “dos valores essenciais da nação: a liberdade e a negritude”; valorizando, assim, a *noblesse* (pureza) haitiana.

E O VODU PERPASSOU POR VÁRIOS GOVERNOS HAITIANOS

Segundo Rodrigues, os chefes de Estado haitianos demonstraram ojeriza às superstições africanas desde Toussaint L’Ouverture e Dessalines, a fim de que o país fosse considerado à altura das nações civilizadas, cristãs e, sobretudo, católicas.

Somente o presidente Soulouque, em 1847 permitiu as práticas voduístas “com vistas a dar um endurecimento ao próprio regime”. Em 1860, o Estado haitiano e o Vaticano assinaram um acordo de combate ao vodu com o objetivo de cristianizar os habitantes do país por meio do entendimento de que a africanidade era supersticiosa. E por volta de 1940-42, o clero católico lançou a chamada campanha anti-supersticiosa contra o vodu.

Não se sabe ao certo que papel o vodu ocupou na política haitiana durante os anos de 1940 e 1950, mas segundo Rodrigues, havia casos em que sacerdotes e sacerdotisas aceitavam ser informantes da polícia em troca da impunidade à celebração do culto voduísta e candidatos a cargos políticos faziam doações aos santuários ou organizavam as cerimônias do tipo.

Na História do Haiti, o período que vai de 1957 a 1986 é conhecido como duvalierismo devido às ditaduras de Papa Doc (1957) e Baby Doc (1971). François Duvalier e Jean-Claude Duvalier, pai e filho respectivamente, foram responsáveis por comandar vários massacres, estupros, contrabando de drogas e pela disseminação do terror no país. Contraditoriamente, durante os governos dos Duvalier,

pode-se dizer que mesmo com a vigilância para que as cerimônias fossem impedidas, o vodou foi tolerado e continuou sendo o lugar de refúgio da maioria da população composta por camponeses que resistiam e batiam seus tambores “secretamente”. Talvez essas sanções na lei e essa liberdade na vida, no que se refere às práticas vodísticas, fossem na verdade uma ação destinada a minimizar as dores dos transtornos causados pelas ditaduras de Papa e Baby Doc.

Com o fim da ditadura dos Docs, o vodou foi reconhecido na Constituição de 1987 como uma das religiões oficiais do Haiti, juntamente com o catolicismo e o protestantismo.

A partir de 1988, o país sofreu vários golpes de Estado liderados por doquistas e em 1990 o ex-padre Jean Bertrand Aristide assumiu o poder por meio de eleições diretas, reascendendo as esperanças do povo em mudar suas condições de vida. No entanto, em 1991 este presidente foi deposto e somente retornou ao governo em 1994 com a “ajuda” dos EUA, os quais privatizaram as estatais e eliminaram as tarifas de importação.

De 1987 aos dias atuais não houve grandes mudanças em relação à compreensão do vodou, visto que o mesmo ainda carrega ares negativados, marcados pela sua associação à magia negra, à feitiçaria e à animalidade, além de ser, em alguns discursos, culpabilizado pelas mazelas do Haiti.

No dizer de Rodrigues:

o problema do vodou como prática dominada nos leva a pensar no problema do poder. Poder não apenas das forças da ideologia dominante que o estrangula, mas também poder da pequena burguesia intelectual que se imagina apta a decidir pelo voduísta o que é bom para ele, o que ele deve conservar ou rejeitar do vodou.

Obviamente, mesmo diante dessas críticas e olhares estereotipados, os praticantes do vodou refletem sobre seu próprio culto; resistem e não se deixar levar pela afirmação daqueles que durante anos ditaram a definição de suas crenças. Na sociedade que atualmente deseja refazer-se, após o terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, não há mais lugar para discursos como o do cônsul George Samuel Antoine que atribuiu o terremoto à macumba e completou dizendo “que de tanto mexer com macumba, não sei o que é aquilo... O africano tem em si maldição. Todo lugar que tem africano lá tá”.

Estes são dizeres ultrapassados e repetitivos. No entanto, em alguma medida, a sua persistência é denúncia de que ainda existem os que lhe atribuem certa validade. Cada vez mais, por outro lado, se arregimenta o novo modo de significação do ser haitiano que aponta para a compreensão de que o vodou faz parte de sua identidade e cultura e que não há motivos para repulsar essa singularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do vodou no Haiti é marcada por contradições, pois apesar do combate e da tentativa de negação, tanto a elite como os proletários e trabalhadores rurais faziam (e/ou fazem) suas oferendas aos loás (entidades espirituais) e aos deuses. Mesmo sob a vigilância do Estado e da Igreja Católica, as práticas dessa religião de matriz africana resistiram e se misturaram ao catolicismo, o que gerou um

sincretismo religioso no vodu haitiano. O discurso que considera essa religião como a causa dos males da nação por ser um “culto ao demônio”, mascara as consequências da colonização para sociedade haitiana durante todos esses anos. A miséria, a fome, o analfabetismo, a violência, o subdesenvolvimento, dentre outros problemas que o povo enfrenta não podem ser creditados à sua crença religiosa, pois deve se considerar os resultados de centenas de anos de exploração por parte da elite e dos países estrangeiros, que disseminaram a demonização do culto voduísta e de seus praticantes em prol de seus interesses. E ainda hoje essa religião é revestida de um caráter supersticioso e utilizada em alguns casos como justificativa para as condições sociais, políticas e econômicas em que o Haiti se encontra. Entretanto, apesar de toda a perseguição travada contra o vodu, este resistiu e resiste como a religião da maior parte da população haitiana, o que demonstra que a dominação nunca se dá plenamente; sempre existem brechas por onde escapam e se revigoram as esperanças dos dominados.

NOTAS

¹Cf. SANTOS, Jaqueline Lima. *O vodu e a resistência negra no Haiti*. Disponível em: <http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=5087>. Acesso em 29.03.2010 às 15:36.

²RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. *Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti*. Rio de Janeiro-RJ. Tese de Doutorado em Letras Neolatinas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. p.140-185

³Idem, p. 141.

Ver: JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de Santo Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

Cartilha: *Haiti*, seu povo, sua história, sua luta. São Paulo: [19--?], 2009. Disponível em: .

SANTOS, Op. Cit., p. 3.

SOARES, Ana Lorym e SILVA, Elton Batista da. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). IN: *Ameríndia*. Ano 1, Vol 1/2006. Disponível em: <http://www.amerindia.ufc.br>.

Idem, p. 4.

VIEIRA, Jofre Teófilo e ASSUNÇÃO, Victor Fialho de. A crise no Haiti pós-independência, de 1804-1915. IN: *Ameríndia*. Vol 2/2006. Disponível em: <http://www.amerindia.ufc.br>.

Ver: MANIGAT, Leslie. Haiti: da hegemonia francesa ao imperialismo americano. IN: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Trad. Joana Angélica D'ávila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BONVICINO, Regis. *Haiti: uma história de paradoxos e excessos*. Disponível em: . Acesso em 10.05.2010 às 16:23.

RODRIGUES, Op. Cit., p.165.

Idem, p. 162.

Idem, p. 154.

ROSA, Renata de Melo. A noblesse haitiana nos 200 anos de império negro. IN: CABRERA, Olga e ALMEIDA, Jaime de (Orgs.). *Caribe: sintonias e dissonâncias*. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004.

RODRIGUES, Op. Cit., p.159.

Idem, p. 181.

Ver: às 15:51.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AÇÃO POLÍTICA

Autor: Jesus Marmanillo Pereira

Instituição de origem: Universidade Federal da Paraíba

RESENHA: GRILL, Igor Gastal et all. Elites profissionais e lideranças políticas (RS e MA): pesquisas recentes, São Luís EDUFMA, 2008, 276 p. ISBN: 9788578620165.

Composto por três estudos, resultantes de dissertação e teses defendidas na Universidade Federal do Maranhão e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o livro, “Elites, Profissionais e Lideranças Políticas (RS e MA)” expõe uma agenda de pesquisa que cresceu no Brasil - na última década, e que é mesclada de contribuições advindas da Ciência Política, da Antropologia e da Sociologia.

Organizado pelo cientista político Igor Gastal Grill, o livro constitui-se de três artigos que desenvolvem uma perspectiva analítica cujas variáveis recaem sobre os agentes políticos e seus respectivos espaços e propriedades sociais, tais como origens sociais e geográficas, condições de socialização, percurso escolar, experiências políticas e culturais. Teoricamente, os artigos compartilham de uma forte influência de Pierre Bourdieu, percebida tanto na forma como utilizam certos conceitos operacionalizados na pesquisa (*habitus, campo, capitais, reconversão etc.*), quanto na crítica que lançam à clássica teoria das elites políticas (principalmente Mosca, Pareto, Michels), marcada pela naturalização da superioridade das elites, fundamentadas em dons e características inatas que justificariam a posição dirigente.

Nesse sentido, o conceito de “elite” desenvolvido pelos autores sublinha aspectos como estratificação social, profissionalização política e recrutamento, interiorização do social e produção de determinados *habitus* (BOURDIEU, 2007). Aspectos esses, trabalhados em autores clássicos como Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, Norbert Elias, e sistematizados na Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu (2002). Dessa forma, consideram a ideia de *Elite* enquanto problema sociológico a ser *desubstancializado* e pensado processualmente de acordo com determinados condicionantes históricos e sociais, ou seja, momentos de inserção dos agentes na política e propriedades sociais relacionadas a isso.

Com essa base sociológica, as pesquisas expostas no livro possuem uma abordagem focada sobre: os agentes políticos, os condicionantes sociais dos mesmos, o momento de inserção desses agentes na política e em seus deslocamentos *espacios- sociais*. Além disso, lançam crítica aos antigos antagonismos da Ciência Política (Como por exemplo, a divisão entre estudos institucional e de cultura política). Para tanto são orientados, metodologicamente, por técnicas prosopográficas, elaboração de quadros sinóticos com as propriedades sociais dos agentes (nível de escolaridade, títulos, origem familiar, inserção na política e em instituições coletivas), com os quais desenvolvem uma *topologia social*, com a qual analisam a produção de determinados tipos de capitais (político, econômico,

cultural, militante) em relação às *trajetórias individuais e posição social* que os agentes ocupam *no campo*. Uma vez que esse esquema interpretativo possibilita evidenciar os processos de “aprendizagem” de normas e de conduta dos agentes sociais estudados, pode-se pensá-lo enquanto meio explicativo sobre a formação do *habitus* político, nas três pesquisas apresentadas no livro.

No primeiro estudo, “Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”, são analisados os fatores que influenciaram na profissionalização dos *agentes políticos* no âmbito do legislativo. Para tanto, Grill (2008) desenvolve, primeiramente, um estudo quantitativo e comparativo com base nos principais indicadores a respeito das carreiras políticas de 200 deputados federais eleitos no Rio Grande do Sul e no Maranhão, entre os anos de 1945 e 2006. Através dessa amostra, analisa as formas de ingresso na política, a profissionalização, os cargos iniciais, tempos de carreira política, tempos de carreira eletiva e traça um perfil de recrutamento nos dois estados, caracterizando o Maranhão por um maior controle de oportunidades políticas, ou seja, nesse estado o recrutamento e seleção de novos agentes políticos era controlada (por cima) por outros agentes já estabelecidos e ocorria preponderantemente, pela ocupação de cargos políticos administrativos e cadeira de deputado; contrariamente no Rio Grande do Sul onde o espaço político era mais aberto, os cargos mais ocupados eram nas posições periféricas (principalmente vereador) o que caracteriza uma inserção (por baixo) que dependia menos do controle da “maquina política” e de políticos já estabelecidos.

A partir da construção de um quadro geral de variáveis contendo as origens sociais, os percursos escolares, profissionais e políticos, as estratégias de consagração dos deputados e outras, o autor interpreta a relação entre tradição e especialização política, buscando entender as estratégias e formas de *reconversão* (BOURDIEU, 2007) utilizadas no embate entre famílias tradicionais e novas agentes políticos. Para tanto, analisa os mecanismos acionados durante a disputa de poder e percebe que cada estado possui uma característica específica: um aciona o passado político, enquanto outro se faz valer do apogeu cultural e econômico. Nesse sentido percebe que os agentes buscam legitimidade e acionam recursos ligados à tradição, imigração, a reivindicação da origem humilde, herança política e usos da memória.

Por fim, o autor contextualiza as análises anteriores nos “ismos” (sarneysmo e trabalhismo enquanto espaços de relação e de manifestação de *habitus* próprios da disputa política) do Maranhão e Rio Grande do Sul, realizando um estudo de trajetória política dos principais agentes políticos caracterizados no trabalhismo e sarneysmo.

Na investigação, “Da Contestação à profissionalização Política: capital militante, capital social e capital político”, a cientista política Eliana Tavares Reis lança mão da análise de carreira sobre os agentes políticos que ingressaram em movimentos de contestação em diferentes fases do regime militar, no Rio Grande do Sul. Tais agentes foram pensados por meio da categoria *militante*, “que implica numa idéia de dedicação sistemática e rotinizada a uma causa ou organização específica”. Para identificá-los a autora pesquisou em documentos e fichas e presentes no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em fontes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e realizou entrevistas com ex-militantes. Com essas informações, produziu um quadro sinóptico composto de variáveis como:

vínculos, trunfos acumulados, contatos herdados ou adquiridos, profissionalização política, posições ocupadas, gratificações e outros “investimentos” feitos em relação ao *militantismo*.

Com tal sociografia Reis (2008) demonstra, entre outras coisas, um tipo de perfil militante composto majoritariamente por professores universitários, assessores parlamentares, ocupantes de cargos de confiança, profissionais liberais e funcionários públicos, que iniciaram suas intervenções políticas em movimentos estudantis (90%), e que possuíam uma herança política herdada por parentes (83%). Sistematizando esses dados, de estudo de carreira, em relação ao contexto histórico de inserção dos agentes políticos, a autora busca explicar mutações e transfigurações das modalidades de intervenção política. Dessa forma considera os diferentes impactos dos eventos históricos nas trajetórias políticas, escolares, profissionais e sociais dos agentes.

Em outro nível de análise, demonstra a existência de quatro tipos de padrões de especialização política relacionadas às características sociais elencadas nos estudos de carreira. Seriam essas: a especialização militante, a especialização técnico administrativa, a especialização política e eleitoral e a especialização universitária, explicadas detalhadamente em estudos de caso que contemplam as trajetórias de Tarso Fernando Herz Genro, Raul Anglada Pont, *César Augusto* Busatto e Carlos Franklin Paixão Araújo.

Entre outros aspectos, a autora demonstra que a própria ideia de clandestinidade, inerente às organizações contestatórias no período militar, pode ser pensada enquanto estratégia identitária pela qual se construíam determinados pertencimentos, especificamente laços de fidelidade e rivalidade. Nota que a inserção nessas organizações significa também a utilização do “passado militante” enquanto trunfos utilizados na disputa partidária pós regime militar.

O terceiro texto, intitulado “Tradição engajada: origens, redes e recursos eleitorais no percurso de Flávio Dino”, o cientista social José de Barros Filho analisa a trajetória do político, a partir das diferentes estratégias para a cooptação de alianças e votos e como isso pode ser explicado pela construção e reprodução de um quadro de capitais econômicos, sociais e políticos que podem ser objetivados e reconvertidos para os contextos de disputa política.

Para tanto, Barros Filho (2008), utiliza uma perspectiva analítica que combina a sociologia reflexiva com Antropologia da política. Dessa forma lança mão de categorias como, *capitais*, trajetória, *reconversão*, *mediação*, *facções* e *redes políticas* para interpretar, através de uma série de fontes compostas de materiais de propagandas políticas e outros documentos, a campanha do maranhense Flávio Dino para Deputado Federal em 2006.

Através dessa combinação, o autor analisa a dinâmica política de Flávio Dino, especificamente no trânsito desse agente por diferentes espaços (profissionais, estudantis, familiar e político), na forma como suas ações podem ser relacionadas aos trunfos conquistados e reconvertidos de outros campos, e como essas mesmas ações eram apresentadas e moldadas de acordo com cada situação. A partir dessa análise, o autor demonstra os mecanismos de produção e reprodução das posições sociais do político estudado.

O livro “Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA): pesquisas recentes” demonstra três análises, cuja agenda de pesquisa constitui-se numa forte crítica à uma visão essencialista e

naturalizada de elites - enquanto grupo dominante cujas propriedades sociais são tomadas como recursos inerentes à superioridade inata de seus membros. Para tanto, o argumento principal contido em todos os artigos fundamenta-se no estudo das condições de especialização, profissionalização, ascensão política e de como isso se caracteriza numa dinâmica de produção e reprodução de poder político.

Através de um esquema teórico-metodológico mesclado, os estudos demonstram como as propriedades sociais dos agentes são associadas às posições ocupadas pelos mesmos e conseqüentemente à ação política que desempenham em relação a outros agentes. Dessa forma, apresentam sistematicamente uma geografia social do poder político das elites, que não perpassa pelos processos de naturalização e substancialização do termo elite, enquanto coisa dada ou objeto naturalizado no senso comum.



